

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO
CESAN - COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO

ESTUDOS POPULACIONAIS
PARA CIDADES, VILAS E POVOADOS DO ESPÍRITO SANTO
1985 - 2010

PROJEÇÕES DEMOGRÁFICAS
REDE URBANA
CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO

VOLUME I

IJ00392

V.1

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

ESTUDOS POPULACIONAIS
PARA CIDADES, VILAS E POVOADOS DO ESPÍRITO SANTO
1985 - 2010

PROJEÇÕES DEMOGRÁFICAS
REDE URBANA
CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO

VOLUME I

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO
CESAN - COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

ESTUDOS POPULACIONAIS
PARA CIDADES, VILAS E POVOADOS DO ESPÍRITO SANTO
1985 - 2010

PROJEÇÕES DEMOGRÁFICAS
REDE URBANA
CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO

VOLUME I

JULHO/1985

GOVERNO DO ESTADO

Gerson Camata

COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO

Orlando Caliman

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO

Sérgio Manoel Nader Borges

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

Manoel Rodrigues Martins Filho

COORDENADOR TÉCNICO DO IJSN

Antônio Luiz Caus

COORDENAÇÃO DE ESTUDOS POPULACIONAIS

Antônio Celso Rodrigues

EQUIPE TÉCNICA

André Tomoyuki Abe

Antônio Carlos Maia Figueiredo

Augusto Cesar Gobbi Fraga

Fernando Lima Sanchotene

Lúcia Catabriga (Estagiária)

Maria Cristina Mello de Lima

Maria da Penha Cossetti

Manoel Fernandes Di Cavalcanti

Nelcy Barcelos Sossai

Renata Hermann de Almeida

Sérgio Martins Filho

EQUIPE DE APOIO DO IJSN

LISTA DE MAPAS

1. Fluxo de Escoamento de Produção - Espírito Santo
Produto: Leite
2. Fluxo de Escoamento de Produção - Espírito Santo
Produto: Banana
3. Fluxo de Escoamento de Produção - Espírito Santo
Produto: Carne
4. Fluxo de Escoamento de Produção - Espírito Santo
Produto: Café
5. Complexos e Bolsões Agropecuários - Espírito Santo - 1983/1984
6. Estrutura Fundiária (ha) - 1970
7. Estrutura Fundiária (ha) - 1980
8. Relação de Produção - 1980
9. Densidade Demográfica da Área Rural - 1980
10. Situação do Sistema Viário - 1968
11. Situação Prevista do Sistema Viário para 1990
12. Rede Urbana - 1968
13. Rede Urbana - 1985
14. Rede Urbana - 2010

ANEXO 1:

- Grande Vitória - Definição das ATAD'S.

| LISTA DE QUADROS | PÁGINA |
|--|---------|
| QUADRO 1 - Índice de Crescimento Real da População Urbana do Espírito Santo, segundo os Distritos - 1970/1980. - Armação Urbana de 1985 - Região Ia. | 86/92 |
| QUADRO 2 - Índice de Crescimento Real da População Urbana do Espírito Santo, segundo os Distritos - 1970/1980. - Armação Urbana de 1985 - Região Ib. | 95/97 |
| QUADRO 3 - Índice de Crescimento Real da População Urbana do Espírito Santo, segundo os Distritos - 1970/1980. - Armação Urbana de 1985 - Região II. | 107/108 |
| QUADRO 4 - Índice de Crescimento Real da População Urbana do Espírito Santo, segundo os Distritos - 1970/1980.. - Armação Urbana de 1985 - Região III. | 109 |
| QUADRO 5 - Índice de Crescimento Real da População Urbana do Espírito Santo, segundo os Distritos - 1970/1980. - Armação Urbana de 1985 - Região IV. | 110 |
| QUADRO 6 - Índice de Crescimento Real da População Urbana do Espírito Santo, segundo os Distritos - 1970/1980. - Armação Urbana de 1985 - Região IV. | 111/112 |
| QUADRO 7 - Índice de Crescimento Real da População Urbana do Espírito Santo, segundo os Distritos - 1970/1980. - Armação Urbana de 1985 - Região VI. | 113 |
| QUADRO 8 - Índice de Crescimento Real da População Urbana do Espírito Santo, segundo os Distritos - 1970/1980. - Armação Urbana de 1985 - Região VII. | 114 |

PÁGINA

| | |
|--|---------|
| QUADRO 9 - Índice de Crescimento Real da População Urbana do Espírito Santo, segundo os Distritos - 1970/1980. - Armação Urbana de 1985 - Região VIII | 115 |
| QUADRO 10 - Participação da População dos Distritos na População do Município (Urbana e Total). - Armação Urbana de 1985 - Região Ia. | 171 |
| QUADRO 11 - Participação da População dos Distritos na População do Município (Urbana e Total). - Armação Urbana de 1985 - Região Ib. | 172/174 |
| QUADRO 12 - Participação da População dos Distritos na População do Município (Urbana e Total) - Armação Urbana de 1985 - Região II. | 175/177 |
| QUADRO 13 - Participação da População dos Distritos na População do Município (Urbana e Total) - Armação Urbana de 1985 - Região III. | 178 |
| QUADRO 14 - Participação da População dos Distritos na População do Município (Urbana e Total) - Armação Urbana de 1985 - Região IV. | 179 |
| QUADRO 15 - Participação da População dos Distritos na População do Município (Urbana e Total) - Armação Urbana de 1985 - Região V. | 180/181 |
| QUADRO 16 - Participação da População dos Distritos na População do Município (Urbana e Total) - Armação Urbana de 1985 - Região VI. | 182 |

PÁGINA

| | |
|---|---------|
| QUADRO 17 - Participação da População dos Distritos na Popu lação do Município (Urbana e Total) - Armação Urbana de 1985 - Região VII. | 183 |
| QUADRO 18 - Participação da População dos Distritos na Popu lação do Município (Urbana e Total) - Armação Urbana de 1985 - Região VIII. | 184 |
| QUADRO 19 - Evolução da População Total dos Municípios do Es pírito Santo - 1940-1980. | 805/807 |
| QUADRO 20 - Número de estabelecimentos, pessoal ocupado, mas sa de salário e valor da produção por setores da economia, segundo Municípios do Espírito Santo - 1970. | 808 |
| QUADRO 21 - Distribuição Percentual, por Setores da Econo mia, do número de estabelecimentos, pessoal ocu pado, massa de salário e valor da produção, se gundo Municípios do Espírito Santo - 1970. | 809 |
| QUADRO 22 - Participação, por Municípios, do número de esta belecimentos, pessoal ocupado, massa de salá rios, e valor da produção, segundo Setores da Economia - 1970. | 810 |
| QUADRO 23 - Número de estabelecimentos, pessoal ocupado, mas sa de salário e valor da produção por Setores da Economia, segundo os Municípios do Espírito Santo - 1980. | 811 |

PÁGINA

| | |
|--|---------|
| QUADRO 24 - Distribuição percentual, por Setores da Economia, do número de estabelecimentos, pessoal ocupado, massa de salários e valor da produção, segundo Municípios do Espírito Santo - 1980 | 812 |
| QUADRO 25 - Participação, por municípios, do número de Estabelecimentos, pessoal ocupado, massa de Salário e valor da produção, segundo Setores da Economia - Dados Relativos - 1980. | 813 |
| QUADRO 26 - População Economicamente Ativa, por setor de atividade, segundo Municípios do Espírito Santo - 1970-1980. | 814/816 |
| QUADRO 27 - População Economicamente Ativa, por setor de atividade, segundo municípios do Espírito Santo - 1970-1980 (Dados Relativos). | 817/819 |
| QUADRO 28 - População Economicamente Ativa, por setor de atividade, segundo municípios do Espírito Santo - 1970-1980 (Dados Relativos). | 820/822 |
| QUADRO 29 - PEA, por faixa de renda, segundo os Municípios do Espírito Santo - 1977-1980. | 823 |
| QUADRO 30 - PEA, por faixa de renda, segundo Municípios do Espírito Santo - 1977-1980 (Dados Relativos). .. | 824 |
| QUADRO 31 - PEA, por faixa de renda segundo os Municípios do Espírito Santo - 1977-1980 (Dados Relativos). | 825 |

PÁGINA

| | |
|---|---------|
| QUADRO 32 - Evolução da Taxa de atividade por setor de Atividade, segundo os Municípios do Espírito Santo - 1970-1980. | 826/828 |
| QUADRO 33 - Utilização de terras segundo os Municípios do Espírito Santo - 1970-1980 (Dados Absolutos). .. | 829 |
| QUADRO 34 - Utilização de terras, segundo Municípios do Espírito Santo - 1970-1980 (Dados Relativos). | 830 |
| QUADRO 35 - Estrutura Fundiária, segundo os Municípios do Espírito Santo - 1970-1980 (Dados Relativos). ... | 831 |
| QUADRO 36 - Habitação e Saneamento, segundo os Municípios do Espírito Santo - 1970-1980 (Dados Absolutos). .. | 832 |
| QUADRO 37 - Habitação e Saneamento - Dados Relativos, segundo os Municípios do Espírito Santo - 1970-1980. ... | 833 |
| QUADRO 38 - Quociente de Localização, 1970-1980. | 835/837 |
| QUADRO 39 - Coeficiente de Especialização, 1970-1980. | 838/839 |
| QUADRO 40 - Evolução da composição espacial, segundo estruturas motoras, por regiões da armação urbana de 1968. - 1970-1980. | 844 |
| QUADRO 41 - Evolução da composição espacial, segundo estruturas motoras, por regiões da armação urbana de 1985. - 1970-1980. | 845 |

PÁGINA

| | |
|---|---------|
| QUADRO 42 - Evolução da composição espacial, segundo estruturas motoras, por regiões da armação urbana de 2010. 1970-1980. | 846 |
| QUADRO 43 - Taxa de fecundidade, reprodução bruta, reprodução líquida, segundo municípios do Espírito Santo - 1980. | 855/856 |
| QUADRO 44 - Razão de Masculinidade, segundo os Municípios do Espírito Santo - 1980. | 857/858 |
| QUADRO 45 - Índice de redistribuição de crescimento segundo aglomerados - Armação Urbana de 2010 - Região Ib | 922/927 |
| QUADRO 46 - Índice de redistribuição de crescimento segundo aglomerados - Armação Urbana de 2010 - Região II | 928/931 |
| QUADRO 47 - Índice de Redistribuição de crescimento segundo aglomerados - Armação Urbana de 2010 - Região III | 932 |
| QUADRO 48 - Índice de redistribuição de crescimento segundo aglomerados - Armação Urbana de 2010 - Região IV | 933/937 |
| QUADRO 49 - Índice de Redistribuição de crescimento segundo aglomerados - Armação Urbana de 2010 - Região V. | 938/939 |
| QUADRO 50 - População Projetada para o Espírito Santo, segundo as Regiões da Armação Urbana de 2010. | 941 |

PÁGINA

| | |
|---|---------|
| QUADRO 51 - População projetada, segundo Aglomerados, 1985- | |
| a 103 2010. | 942/994 |

| ÍNDICE | PÁGINA |
|---|--------|
| VOLUME I | |
| INTRODUÇÃO | 18 |
| 1. ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO | 22 |
| 1.1. A TOTALIDADE ENQUANTO MARCO TEÓRICO | 22 |
| 1.2. A QUESTÃO DO MÉTODO | 27 |
| 1.3. ESTRATÉGIA OPERACIONAL | 33 |
| 2. REDE URBANA DO ESPÍRITO SANTO | 41 |
| 2.1. DEFINIÇÕES | 42 |
| 2.1.1. A Noção de Espaço | 42 |
| 2.1.2. As Especificidades do Espaço nos Países <u>Sub</u> desenvolvidos | 44 |
| 2.1.3. A Noção de Região | 46 |
| 2.1.4. Da Cidade à Rede Urbana | 48 |
| 2.1.5. Conceito de Armação Urbana | 50 |
| 2.2. A CONSTRUÇÃO DA REDE URBANA DO ESPÍRITO SANTO | 51 |
| 2.2.1. Construção da Rede: Dificuldades e Superações | 51 |
| 2.2.2. Os Conceitos Adotados | 52 |
| 2.2.3. As Armações Urbanas | 56 |
| 2.2.4. A Historicidade e a Relatividade dos <u>Concei</u> tos | 58 |
| 2.3. A REDE URBANA DO ESPÍRITO SANTO - EVOLUÇÃO E <u>DISCUS</u> SÃO | 59 |
| 2.3.1. A Economia Monocultora de Café e a Rede <u>Urba</u> na em 1968 | 60 |
| 2.3.2. A Passagem para a Economia Urbana Moderna e a Rede Urbana em 1985. | 69 |

| | PÁGINA |
|---|--------|
| 2.3.3. A Consolidação da Economia Moderna e a Rede Urbana em 2010 | 94 |
| 2.3.4. Instrumentos Utilizados | 99 |
| 2.3.4.1. Índices de Crescimento Demográfico dos Distritos do Espírito Santo -- 1970/1980 | 100 |
| 2.3.4.2. Curvas de Crescimento Populacional | 116 |
| 2.3.4.3. Participação da População dos Distritos na População do Município (Urbana e total) | 170 |
| 2.3.4.4. Mapas: estrutura produtiva, rede viária e rede urbana. | 185 |

VOLUME II - TOMO 1

| | |
|--|-----|
| FICHAS ANALÍTICAS | 206 |
| MUNICÍPIO DE AFONSO CLÁUDIO | 207 |
| MUNICÍPIO DE ALEGRE | 232 |
| MUNICÍPIO DE ALFREDO CHAVES | 248 |
| MUNICÍPIO DE ANCHIETA | 257 |
| MUNICÍPIO DE APIACÁ | 264 |
| MUNICÍPIO DE ARACRUZ | 274 |
| MUNICÍPIO DE ATÍLIO VIVÁÇUA | 287 |
| MUNICÍPIO DE BAIXO GUANDŪ | 290 |
| MUNICÍPIO DE BARRA DE SÃO FRANCISCO | 306 |
| MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA | 333 |
| MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO NORTE | 340 |
| MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM | 343 |
| MUNICÍPIO DE CASTELO | 368 |
| MUNICÍPIO DE COLATINA | 375 |
| MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DA BARRA | 392 |
| MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO | 403 |
| MUNICÍPIO DE DIVINO DE SÃO LOURENÇO | 410 |
| MUNICÍPIO DE DOMINGOS MARTINS | 413 |

| | PÁGINA |
|---------------------------------------|--------|
| MUNICÍPIO DE DORES DO RIO PRETO | 422 |
| MUNICÍPIO DE ECOPORANGA | 427 |
| MUNICÍPIO DE FUNDÃO | 444 |
| MUNICÍPIO DE GUAÇUÍ | 451 |
| MUNICÍPIO DE GUARAPARI | 457 |
| MUNICÍPIO DE IBATIBA | 462 |
| MUNICÍPIO DE IBIRAÇU | 466 |
| MUNICÍPIO DE ICONHA | 483 |
| MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU | 490 |
| | |
| VOLUME II - TOMO 2 | |
| MUNICÍPIO DE ITAPEMIRIM | 516 |
| MUNICÍPIO DE ITARANA | 528 |
| MUNICÍPIO DE IÚNA | 531 |
| MUNICÍPIO DE JAGUARÉ | 541 |
| MUNICÍPIO DE JERÔNIMO MONTEIRO | 554 |
| MUNICÍPIO DE LINHARES | 557 |
| MUNICÍPIO DE MANTENÓPOLIS | 585 |
| MUNICÍPIO DE MARILÂNDIA | 594 |
| MUNICÍPIO DE MIMOSO DO SUL | 601 |
| MUNICÍPIO DE MONTANHA | 614 |
| MUNICÍPIO DE MUCURICI | 622 |
| MUNICÍPIO DE MUNIZ FREIRE | 633 |
| MUNICÍPIO DE MUQUI | 640 |
| MUNICÍPIO DE NOVA VENÉCIA | 645 |
| MUNICÍPIO DE PANCAS | 670 |
| MUNICÍPIO DE PEDRO CANÁRIO | 683 |
| MUNICÍPIO DE PINHEIRO | 692 |
| MUNICÍPIO DE PIÚMA | 703 |
| MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY | 708 |
| MUNICÍPIO DE RIO BANANAL | 713 |
| MUNICÍPIO DE RIO NOVO DO SUL | 718 |

| | PÁGINA |
|---|--------|
| MUNICÍPIO DE SANTA LEOPOLDINA | 723 |
| MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA | 738 |
| MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA PALHA | 749 |
| MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CALÇADO | 758 |
| MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS | 761 |

VOLUME III

| | |
|--|-----|
| 3. ANÁLISE DE ESTRUTURAS ESPACIAIS | 800 |
| 3.1. DEFINIÇÕES | 801 |
| 3.2. ALTERAÇÕES DOS PESOS RELATIVOS NA ALOCAÇÃO DE VARIÁVEIS NO ESPIRITO SANTO | 804 |
| 3.3. AS VARIÁVEIS MOTORAS E OS COEFICIENTES ESPECÍFICOS | 842 |
| 3.4. OS DADOS DEMOGRÁFICOS NO CONJUNTO E NO INTERIOR DE CADA SUBESPAÇO - REAVALIZAÇÃO DAS PERSPECTIVAS DEMOGRÁFICAS À LUZ DO CENSO DE 1980. | 854 |
| 3.5. PERSPECTIVAS DE DESLOCAMENTO - UMA PROPOSTA DE DISTRIBUI ÇÃO FUTURA DE ATRIBUTOS NO ESPAÇO | 912 |
| 4. UM MODELO DE PROJEÇÃO | 917 |
| 5. RESULTADO - POPULAÇÃO PROJETADA | 940 |

ANEXOS

- ANEXO 1 - GRANDE VITÓRIA- PROJEÇÃO POR ATAD'S.
- ANEXO 2 - ESTIMATIVA DE POPULAÇÃO FLUTUANTE.
- ANEXO 3 - CONTROLE DE PROJEÇÃO.
- ANEXO 4 - A PESQUISA DE CAMPO - UM EXEMPLO.

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Quando se fala em projeções demográficas, a primeira coisa que vem à cabeça das pessoas é uma grande quantidade de fórmulas complicadas, de modelos sofisticados, equações, matrizes e toda uma parafernália instrumental matemática, capazes de, à maneira das bolas de cristal, dos búzios ou das cartas, transportar-nos com segurança, ao futuro. infelizmente, esse comportamento ocorre até mesmo entre profissionais do ramo.

Essa concepção decorre de toda uma praxis tecnocrática, que até recentemente fazia do hermetismo esconderijo seguro para a ignorância. Dizia-se coisa nenhuma, só que através de um modo elegante e sofisticado. A obrigação de antecipar, com precisão, às incertezas, de certo modo, justificava esse compromisso com a forma. Quer dizer, o modelo é que importava, independentemente da base teórica que lhe dava sustentação e sentido. Essa base ficava barrada nos umbrais da realidade, enquanto que o modelo garantiria, por si só, a passagem segura para outro reino: o das metáforas.

Este trabalho também se utilizou de fórmulas, modelos, equações, etc., não difíceis, posto que todo um longo processo de escolha e de manuseio desses métodos gerou uma espécie de intimidade com esses que, seguramente, leva a equipe de elaboração a encará-lo diferentemente do que fará o leitor.

Só que não é isso o que interessa aqui mostrar. Isso serviu apenas para transformar em cifras fenômenos que têm, necessariamente, uma correspondência numérica em que se apoia o planejamento. A matematização nada mais é que o corolário de todo um processo de reflexões e de aquisição de certezas (sempre provisórias). O que merece ser discutido é a opção que se tomou para o encaminhamento dos trabalhos.

Efetuar projeções demográficas para todas as cidades, vilas e boa parte dos povoados do Espírito Santo, até o ano 2010, se apresentava como um quebra-cabeça de proporções gigantescas. São que um tipo de *puzzle* diferente. Em geral esses são compostos de um certo número de peças, todas com formas variadas e frações da figura total (conteúdos), sendo que se sabe qual será o resultado final da montagem, já que vem acompanhado de um quadro-exemplo.

Tinha-se em mãos um quebra-cabeça original, são com formas. Dois caminhos poderiam ser seguidos. Um, convencional, que consistiria em, com a ajuda de computadores, fórmulas matemáticas, de análise combinatória, etc, tentar combinar, por ensaio e erro, as várias partes até conseguir fechar o quadro. Isso é quase impossível e, mesmo que se conseguisse, ainda haveria um problema: jamais se saberia se o resultado correto seria mesmo aquele ou se estaria apenas com a *soma das partes* fazendo a função de todo.

Outro caminho, finalmente seguido, consistia em, de um lado, tentar estabelecer qual seria o quadro a ser formado e, de outro, que fração de desenho caberia a cada peça (considerando-se os aglomerados em questão, seriam quase 300).

A idéia básica era a seguinte: se *eu* conhecer cada peça e conseguir entender de que maneira as coisas correm, principalmente sob que leis *eu* posso dispensar uma série de exercícios futuroológicos. Num exemplo prático, poder-se-ia dizer que *eu* são preciso usar um polinômio do terceiro grau, para inferir as taxas de fecundidade da população feminina no Estado, se *eu* não souber quantas elas são e quantos filhos elas conceberam em cada um dos últimos anos.

Desse modo as coisas puderam ser simplificadas. Todo o Espírito Santo foi varrido. Cada cidade, vila ou povoado foi exaustivamente pesquisada ao mesmo tempo em que todo um trabalho de entendimento das transformações que ocorrem no Estado foi desenvolvido.

Isso possibilitou a elaboração de uma série de documentos paralelos, divulgados, paulatinamente, com especial destaque para o *perfil dos povoados do Espírito Santo* onde resgatou-se um pouco da história, das condições de vida e de existência desses *patrimônios*.

Uma série de outros trabalhos podem ser desenvolvidos a partir das informações obtidas, relativas a turismo, infraestrutura urbana, estradas, etc. A memória final consolidada é extremamente vasta e, ao que tudo indica bastante valiosa caso se pretenda aprofundar nossa compreensão acerca da realidade do Espírito Santo. Finalmente, cabe destacar que, pela primeira vez, foi possível levantar, na sua totalidade, a rede urbana do Espírito Santo com suas respectivas vinculações funcionais e econômicas.

Um agradecimento às prefeituras, pelo apoio dado à equipe e, de modo especial, aos anônimos habitantes de cada povoado e vila que sempre receberam a equipe de elaboração do presente estudo, em todos os cantos desse Estado, com muito carinho e não se furtaram a revelar seus segredos, suas esperanças e, sobretudo, ensinaram a seus membros um pouco da própria história capixaba.

1.

ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

1. ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

1.1. A TOTALIDADE ENQUANTO MARCO TEÓRICO

Um plano de pesquisa capaz de permitir que se efetue projeções populacionais para todas cidades, vilas e povoados do Espírito Santo pressupõe, ao mesmo tempo, a escolha de uma metodologia, quer dizer, uma atitude científica face a um conjunto de fenômenos a entender; que se defina uma estratégia operacional, ou seja, uma atitude prática suscetível a permitir uma abordagem dos fatos concretos, assim como de suas causas e consequências (o que geralmente é feito em função da metodologia) e, finalmente, a partir daí, que se estabeleça um inventário, tão completo quanto possível, do que se deseja analisar para depois interpretar seus elementos.

Todas essas decisões têm sua gênese em duas respostas necessárias e associadas: por que e como nasce, cresce e declina uma cidade; como e por que ela adquire ou perde um papel ou função, assumindo, ampliando ou restringindo sua área de influência?

Resumindo, precisa-se de um caminho (método), de um modo de percorrê-lo (estratégia operacional) e de um destino, que definiria as duas decisões anteriores, dando-lhes sentido. Esse, formulado como foi acima, em forma de perguntas, tem que ser estabelecido, antes que se possa tomar qualquer decisão acerca do plano de pesquisa, pois não é outra coisa senão marco teórico de referência, o espaço conceitual que permite a escolha coerente dos métodos.

Não existe, evidentemente, uma lei geral que possa ser aplicada, indiscriminadamente, a nenhuma cidade, quanto à sua gênese e evolução, bem como

ã sua inserção funcional futura na rede de cidades de um Estado. Não se pode, também, admitir que fosse possível isolar um espaço urbano qualquer e, a partir dele mesmo, por mais exaustivas que fossem nossas pesquisas, estimar o seu comportamento demográfico futuro, a menos que esse estivesse completamente fechado para o exterior, caso raro cuja existência no Espírito Santo não é conhecida.

Conclui-se, a partir daí, que as situações urbanas são diversas, mas de modo algum independentes, havendo um jogo combinado de fatores que determinam o crescimento, a estagnação e o declínio das várias cidades/ espaços e, afora qualquer tentativa fenomenológica, esses fatores devem ser buscados combinadamente, na sua origem e determinação, mediados, posteriormente, na concreção de cada caso particular. Conclui-se, também, que isso só pode ser feito por abordagens sucessivas, através de planos preliminares, tributários da ignorância, parcial que seja, da realidade concreta.

Uma primeira aproximação passa, necessariamente, pelo entendimento do que vem a ser as relações entre o conjunto, Estado-Nação, e as suas diversas partes, Unidades Federadas, regiões e municípios ou, o que é mais preciso, entre o todo e os vários espaços (não são o urbano/cidade). Observe-se o que diz Milton Santos a esse respeito:

"Os recursos totais de um Estado-Nação são, na verdade, indivisíveis, seja o capital, a população, seja a força de trabalho, a mais-valia, etc. Em cada período histórico esses recursos se combinam e se distribuem de maneira diferente.

As combinações se fazem em lugares historicamente determinados, de forma que a combinação de recursos (homens, capital, infra-estruturas, instituições, ecologia) se transforma em sinônimo de localização. Pode-se falar então, de uma diferenciação espacial e de uma definição específica para cada lugar. Os recursos totais estão geograficamente distribuídos de forma concreta através da combinação de segmentos ou frações de recursos. Esses recursos devem ser classificados se desejamos ter êxito na análise. Quanto mais precisa for a classificação, mais exatas serão

as conclusões e mais próximas dos fatos particulares. Entretanto, num nível muito próximo ao pesquisador, aumentam as possibilidades de erro na escolha de variáveis, pelo risco de subjetivação.

A combinação de recursos leva à distinção de dois tipos de estruturas:

1. Estruturas formadas por elementos homólogos (subestruturas e subsistemas): estruturas demográficas, econômicas, financeiras, etc., sendo todos os elementos de cada estrutura de uma mesma classe. Nós a chamaremos de estruturas simples a partir do nosso ponto de vista analítico atual.
2. Estruturas formadas por elementos não homólogos (de classes diferentes), os quais atuam uns sobre os outros para criar estruturas complexas.

A estrutura espacial seria exatamente isso: a combinação localizada de uma estrutura demográfica específica, de uma estrutura de classes específica, de uma estrutura de receita específica, de uma estrutura de consumo específica, etc.; e de uma organização também específica das técnicas que estão na base das relações entre as estruturas específicas e os recursos. A realidade social é o resultado da interação de todas estas estruturas. As transformações na organização do espaço são simplesmente modificações do valor relativo de cada conjunto local de variáveis. Por local entendemos segmentos ou momentos que são simples frações de uma variável em seu todo, ou seja, como ela se constitui na totalidade, isto é, no Estado Nação"¹.

Esse todo, representado pelo conjunto de relações, que caracterizam a sociedade, vai assumir um significado em cada espaço específico, significado esse que só pode ser entendido ao nível global. Percebe-se que a distribuição quantitativa e qualitativa das infra-estruturas e de outros

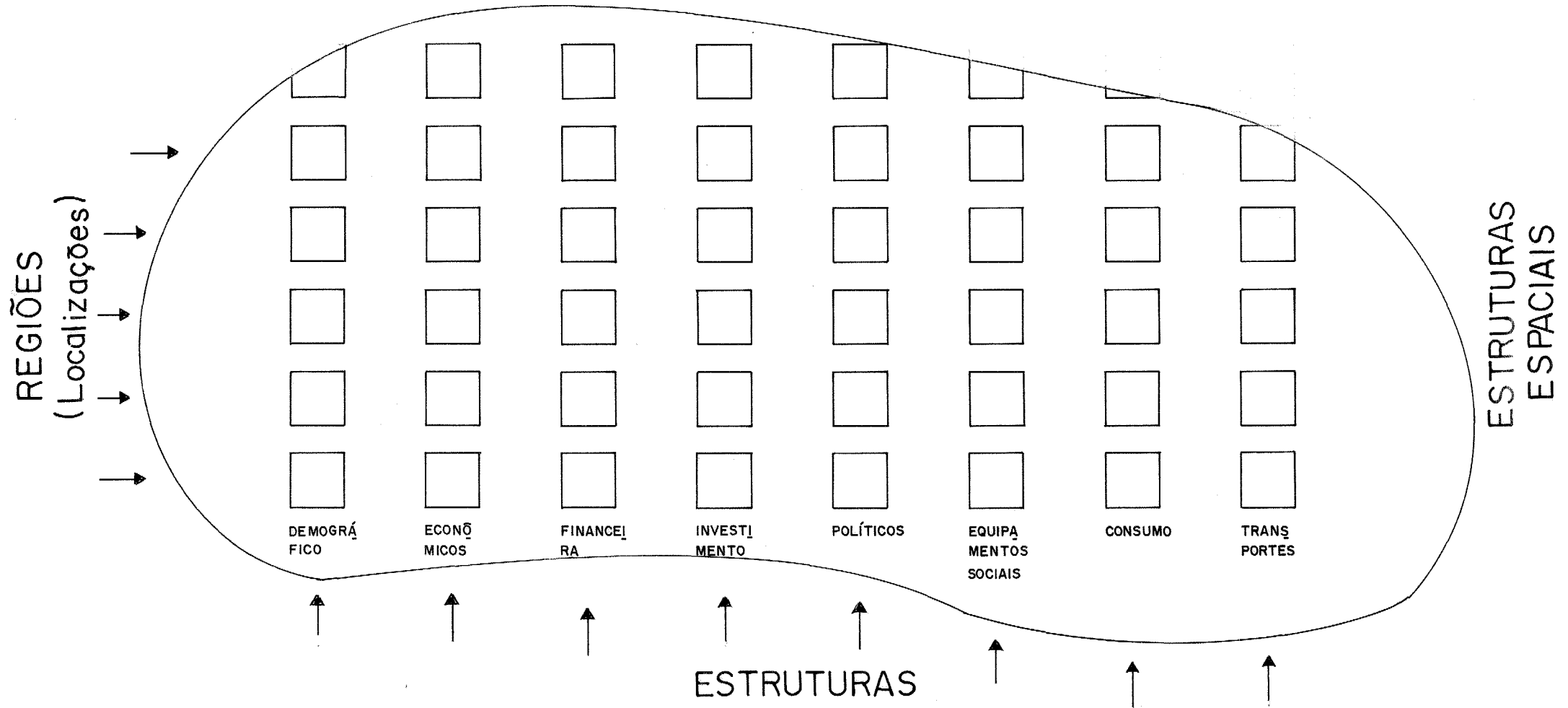
¹SANTOS, Milton. *Espaço e Sociedade*. Editora Vozes, 1979. p. 29.

atributos do espaço é um produto da redistribuição de papéis, a cada fase do modo de produção e da evolução social. Vale dizer, o espaço, o espaço urbano mais particularmente, passa a ser um retrato da realidade global, da totalidade social, na medida em que as transformações que ocorrem em seu interior são determinadas por imperativos sociais, econômicos e políticos. Assim a evolução urbana nada mais é que uma reprodução específica e localizada da totalidade, embora não se possa esquecer o poder de influência do próprio espaço, ele mesmo, sobre a evolução de outras estruturas, já que a sua natureza o torna mais resistente que outras estruturas às mudanças. Observa-se, portanto, que o processo de crescimento é eminentemente diacrônico. Assim sendo o fator explicativo só pode ser encontrado caso se considere a totalidade de estruturas e a totalidade de relações. O esquema da página seguinte facilita o entendimento.

Evidentemente, nem todas têm o mesmo peso no processo de transformação. O grau de dependência de umas, em relação às outras, é variável, de modo que a variação da maioria das estruturas dependerá sempre da evolução daquela que tiver um papel de liderança mais acentuado para o conjunto de estruturas ou de subestruturas. Em geral, deve-se considerar um conjunto de estruturas que, associadas, representariam o núcleo motor responsável pela evolução da totalidade. O fato de haver alguma dificuldade inicial, em determinar-se o que é ou não motor, é minimizado pelo caráter interativo e homogeneizado do conjunto de estruturas, cada uma de per si, como categorias analíticas da totalidade.

Está claro que esta orientação só tem sentido caso se considere o enfoque histórico das transformações, enquanto movimento de conjunto de *das formações econômicas e sociais*, sem o que a totalidade apareceria de um modo completamente caótico. Está claro, também, que é necessário, sempre considerar que, por razões operacionais, o Espírito Santo constitui objeto de pesquisa, mas não esquecendo que ele também é mais uma *região, subespaço*, do todo *Estado-Nação*.

ESTADO - NAÇÃO
(Totalidade)



FATOR EXPLICATIVO = TOTALIDADE DE ESTRUTURAS / TOTALIDADE DE RELAÇÕES

"O interesse dos estudos sobre as formações econômicas e sociais está na possibilidade que eles oferecem em permitir o conhecimento de uma sociedade em sua totalidade e nas suas frações, mas sempre um conhecimento específico, apreendido num dado momento de sua evolução. É preciso definir a especificidade de cada formação, o que a distingue das outras e, no interior da F.E.S., a apreensão do particular como uma cisão do todo, assim como o todo reproduzido em uma de suas frações. Nenhuma sociedade tem funções permanentes, nem um nível de forças produtivas fixas, nenhuma é marcada por formas definitivas de propriedade de relações sociais. Etapas no decorrer de um processo - como Labriola as definiu - as formações econômicas e sociais não podem ser compreendidas senão no quadro de um movimento totalizador"².

O Espírito Santo, quer considerado como um todo, quer considerado em algumas de suas frações, enquanto Formações Econômicas e Sociais específicas, passa por transformações importantes, nos últimos 20 anos. Seus reflexos sobre o sistema de cidades e sua massa populacional, só podem ser entendidos caso seja compreendido o papel que o Estado passa a desempenhar na nova divisão do trabalho, fruto de novos momentos no processo de incorporação capitalista do espaço.

1.2. A QUESTÃO DO MÉTODO

O marco teórico anteriormente discutido deixa antever o método pretendido. Trata-se de passar da totalidade aos conceitos e modelos. Para ir além dos fenômenos, para alcançar o conteúdo, essa parece ser a forma mais adequada. Para tanto, é preciso subdividir a realidade de forma que ela possa ser novamente reconstituída pela junção das partes através de um processo de redução progressiva.

²SANTOS, Milton. op. cit., p. 12.

Ou seja, a partir de um conjunto de questões homólogas, por exemplo, um certo tipo de cidade, com uma certa estrutura demográfica, com dado grau de especialização urbana, um grau qualquer de influência sobre outros espaços, um dado nível de industrialização, através de um certo grau tecnológico, com uma certa quantidade de capital, etc., e seguindo um critério de generalização progressiva, abandonando o que é menos frequente, sucessivamente, conservando o que é mais geral, chegar-se-á a alguns conceitos, logicamente tanto mais puros quanto mais abstratos, quanto mais simplificadores forem os processos de generalização.

Em um segundo momento, através de modelos, essas variáveis, que foram abandonadas no processo de simplificação, são novamente reincorporadas e reaproximam-se das realidades completas.

Ou seja, pretende-se um processo dialético de redução e reconstituição que, eliminando a pseudo-contradição entre indução/dedução permita a passagem da teoria à prática/realidade e, dessa, às teorias, através de modelos e conceitos.

Uma primeira organização dos trabalhos, para que isso se torne possível, deve considerar:

- 1º - O que caracteriza essa totalidade em evolução, as diversas periodizações do E.S. enquanto formação econômico-social;
- 2º - Qual é o conjunto de subestruturas que representaria o núcleo motor responsável pela evolução do sistema (totalidade);
- 3º - Qual o marco teórico que abarcaria estes processos e o papel da rede urbana enquanto forma/conteúdo destes movimentos.

Para posteriormente investigar-se:

- 1º - De que forma estes conjuntos se conjugam de modo diferenciado em cada subespaço;

- 29 - Qual foi e é o papel do subespaço para a transformação do todo;
- 39 - Qual(is) o(s) modelo(s) de abordagem que reproduziriam os conceitos formadores de marco teórico, ou melhor dizendo, o conjunto de imagens, aparências, que, conjugadas de uma dada forma, garantiriam o conhecimento da essência desses processos.

Fica claro que uma nova paisagem vai sendo desenhada sobre uma rede urbana, que sõ parcialmente se adapta à inserção do Estado na divisão interna e internacional do trabalho. A erradicação dos cafezais, a perda de importância do capital comercial local, a política de grandes projetos, a consolidação de um grande polo de produção, distribuição e consumo, na Grande Vitória, o aumento do poder de atração do mesmo põlo, a emergência do capital agrário e industrial na economia capixaba, etc., tudo isso vai exigir uma redefinição dos papéis dos aglomerados urbanos, um modelo ao mesmo tempo concentrador e desconcentrador onde a mesma lógica pressupõe um inchaço na região da Grande Vitória e proximidades, paralela ao pipocamento de um sem-número de pequenas aglomerações em áreas de produção e de consumo recentes. O papel das cidades locais e mesmo regionais, nesse processo, passa a ser uma incôgnita.

Evidentemente, a penetração do modo capitalista de produção, no Espírito Santo, não se dá de forma homogênea em todos os subespaços considerados e sua inserção nem sempre se deu de forma *pura*, de modo que em alguns lugares elas sõ poderão ser percebidas através de *approaches* que levem em conta alterações de conteúdo sob velhas formas (seria ingênuo imaginar que, por exemplo, a região serrana de colonização europeia, com uma estrutura fundiária extremamente fraccionada, explorações baseadas em mão-de-obra familiar e que não sofreram diretamente as consequências da erradicação dos cafezais, teria conseguido manter-se incólume à ação destes interesses). O próprio intervalo temporal entre essa erradicação e o início efetivo da modernização do Estado criou condições para o surgimento de situações mistas pela ação espontânea da economia.

Algumas cidades cresceram, nesse período, outras estagnaram, outras tantas definham, enquanto novas aglomerações foram surgindo. Entender onde e porque isto se deu significa não somente reproduzir a lógica maior dando consistência à interpretação das partes como - e o que é mais importante - permitir antecipar o papel que jogarão os subespaços para a evolução do todo.

De modo sucinto, a explanação anterior, de certo modo, antecipa as definições necessárias, permitindo que as explicitações se façam objetivamente levando-se em conta a pesquisa de campo.

Considere-se, então, as definições demandadas:

1º - O núcleo Motor seria a incorporação do Espírito Santo à divisão internacional do trabalho, que seria representado por três ciclos bem marcados:

- a) a erradicação dos cafezais - ou o que é mais apropriado, a destruturação de uma economia baseada na produção agrícola em pequenas propriedades - acompanhada do êxodo rural, aparecimento da pecuária, concentração fundiária, quebra do equilíbrio urbano/rural dada a vinculação da rede urbana às atividades rurais.
- b) a política de industrialização - baseada em grandes projetos, concentrada na Grande Vitória, concentração de investimentos, etc., traz consigo alterações marcantes nas estruturas de renda, empregos, investimentos, readaptação do aparato jurídico-institucional.
- c) a penetração do capital no campo - com a retomada do café em bases novas (grandes propriedades, trabalhadores assalariados eventuais), o aparecimento de florestas homogêneas, canaviais, etc., e a subordinação do pequeno proprietário ao capital industrial.

Esses ciclos não são suscetíveis a uma periodização precisa, nem mesmo para o Espírito Santo tomado com um todo, sendo que, na maioria das vezes, eles se permeiam, pois enquanto em algumas áreas foram imediatamente incorporadas como no caso de reflorestamento ao norte, em outras aparece a pecuária logo após a derrocada do café para, posteriormente, entrar a cana de açúcar ou o próprio café em novas bases. Significa que estes ciclos representariam uma sucessão de etapas de incorporação capitalista.

29 - Objetivamente, há que se considerar, então, preferencialmente, as seguintes subestruturas, assim combinadas:

| | | |
|---|---|--|
| alocação setorial e espacial dos recursos. | x | crescimento e distribuição da população. |
| fluxos de mercadorias e integração dos espaços. | x | grau de especialização dos subespaços. |

Ou seja, a dinâmica é dada pela conjunção de:

concentração de renda/investimento (<-->) sistema de cidades(<--->) fluxos.

30 - Há que se considerar, a partir destas estruturas, a evolução da totalidade de estruturas considerando-se as relações que elas contêm entre si. Estas, dando a tônica da evolução, vão assumir pesos e formas diferenciadas em cada subespaço, em cada período de tempo, pela maior ou menor resistência das formas anteriores à ação incorporativa do novo. Transparece, entretanto, o peso de cada subestrutura e de cada subsistema no todo e, o que é fundamental, o grau de adesão desses à sua lógica.

Essa análise da totalidade, mesmo que com especificação das partes, não pode ser feita sem uma abordagem concomitante das subestruturas, dos subespaços sociais considerados. Para manter concordância com essa linha, as investigações *in loco* devem considerar:

- participação por setores econômicos no produto municipal x população ativa por setores econômicos x população ativa por renda;
- população das cidades, vilas e povoados x população rural x estrutura fundiária;
- potencial da população do aglomerado considerado x grau de especialização do espaço urbano x grau de dependência a outros aglomerados x rede de comunicações e transportes.

Tudo isso considerando-se duas ordens de periodização: os ciclos antes mencionados e os intervalos censitários, já que aí as informações estão sistematizadas de modo exaustivo.

Embora constituam conjuntos de informações, as variáveis que os compõem, segundo o seu grau de acessibilidade, só podem ser obtidas, e, consequentemente, permitir sua recuperação segundo os marcos conceituais definidos, caso se faça uma mediação entre imagens e conteúdos implícitos em cada questão. Vale dizer, cada uma e o conjunto de imagens que cada um dos, aproximadamente, 13 técnicos envolvidos no projeto apropriaram da realidade tinha, ao mesmo tempo, que satisfazer duas condições antagônicas:

- de um lado, e não há como ser diferente, ser uma interpretação pessoal de um fenômeno geral e,
- de outro, conter uma possibilidade generalizadora de uma impressão que é ímpar.

Como garantir a reificação neste caso?

Acresça-se a isso que não havia como, dada a exiguidade do tempo, a heterogeneidade da formação dos recursos humanos, etc., apurar os conceitos e homogeneizá-los. Isso (esta preocupação) definia, por si, as formas, dos instrumentos, que deveriam amarrar as perguntas e antecipar res

postas, enquanto roteiros gerais recuperáveis, ao mesmo tempo em que forçava o pesquisador a descobrir o que é específico do espaço considerado, vinculando-o, nesse momento, enquanto categoria analítica, ao todo.

Em resumo, as informações deveriam ser cruzadas segundo as variáveis motoras e seu esquema de integração, permitir abertura para o conjunto de variáveis secundárias ou dependentes, recuperar os movimentos de subespaços vinculados aos movimentos do todo, resgatar, a partir de dados quantitativos de épocas distintas, as relações entre antecedentes e o consequente e antecipar os reflexos que cada subgrupo de subestruturas poderão provocar no conjunto delas todas, do subsistema e do próprio sistema.

1.3. A ESTRATÉGIA OPERACIONAL

Paralelo a uma sistematização das informações existentes para cada município do Espírito Santo e, no seu interior, para cada cidade, vila e povoado, o plano de pesquisas pressupunha também uma avaliação qualitativa *in loco* dos dados, de modo a garantir uma compreensão mais acentuada, das condições de reprodução da existência desses aglomerados.

Esta *compreensão* deveria resultar em classificações dos aglomerados que levassem em conta:

- a) O critério Demográfico - relações intersexos, natalidade e mortalidade, setores e subsetores de atividade dominantes e suas características, coeficientes e tipos de atividades, massa de salários segundo setores, causas de migrações (essencialmente *centripismo* urbano ou *repulsão* rural), nível de retenção/expulsão migratória do aglomerado, taxas reais e aparentes de crescimento.
- b) O critério Sócio-Econômico - as atividades econômicas segundo setores e ramos, grau de modernização, composição e origem do capital, nível de produtividade, taxa de absorção pela região de produção, relações

entre atividades de fabricação, atividades agrícolas e atividades terciárias, as classes dominantes e a estrutura de classes, a organização da circulação econômica, poder político das lideranças locais.

- c) Critério Funcional - a área de influência do aglomerado, suas relações com a sua periferia rural e com outros núcleos, o tipo de contato externo, direção e magnitude dos fluxos, a rede viária, a inserção na economia regional e estadual.

Esses dados, uma vez coletados e depurados, foram discutidos com toda a equipe e elaboradas sínteses analíticas para cada aglomerado. Os instrumentos utilizados são apresentados, a seguir, a título de exemplo, sendo que, no volume II, estão reunidas as Sínteses Analíticas de cada aglomerado de modo a permitir aos interessados um entendimento maior de cada localidade.

A partir daí foram montados os dois instrumentos básicos de análise e de prospecção populacional:

- A rede urbana.
- Os índices de diferenciação espacial de estrutura.

Ou seja, volta-se novamente ao conjunto, ao todo, já que mesmo centralizando nossos interesses imediatos em projeções demográficas fica claro que, mesmo neste caso, é impossível estudar isoladamente uma cidade ou vila. A rede urbana e os pesos inter-regionais de cada variável em vários momentos permitem discernir tipologias de formas de transição ou passagem e estabelecer uma prospectiva mais segura.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

SITUAÇÃO URBANA - QUADRO POR AGLOMERADO

MUNICÍPIO:

AGLOMERADO:

1. ECONOMIA (Setores)

1.1. *Indústria*

Existe? Que tipo? Usa matéria prima local? Como se dá o escoamento da produção? Capital local ou não? Procedência e qualificação da mão-de-obra, data da instalação de indústrias segundo ordem de dinamismo, tipo de serviços que gera, mudanças provocadas no comércio, serviço, alocação de recursos para infra-estrutura urbana, etc., se acompanhada de surgimento de escolas.

1.2. *Setor Primário* (agropecuária, pesca, extrativismo, etc.)

Estabelecer a importância da aglomeração para o locus rural que a cerca - se além de aquisição de gêneros e lazer, o aglomerado tem a função de gerar trabalho para a população rural na entresafra e/ou fixá-la na perferia.

1.3. *Comércio*

Distinguir o pequeno comércio varejista de primeira necessidade do varejista de bens duráveis, insumos, equipamentos, etc., e do atacadista. Compreender o caráter local ou externo do interesse destes, o tipo de intermediação, o volume de negócios. Estabelecer a vinculação do setor comercial com os vários seguimentos populacionais.

1.4. *Serviços*

1.4.1. Rede Escolar

Nível de atendimento, grau de atração, principais problemas, dependência, área de atendimento por níveis de ensino, abrangência, outros locais fora da aglomeração que supririam as deficiências destas. Teria o povoado alguma especialização populacional?

1.4.2. Rede Bancária

Postos e agências, números, raio de atendimento, tipos de serviço, repassadores de recursos, linhas de crédito, etc. Sua vinculação com a economia local.

1.4.3. Rede Hospitalar

Se existe hospital, posto de saúde, ambulatório e o potencial de atendimento destes. Senão existe, como se dá o atendimento, e onde.

1.4.4. Comunicação

Posto telefônico, correios, rádio e televisão. Principais influências. Existência de jornais locais, distribuição de jornais e revistas estaduais e nacionais.

2. INFRA-ESTRUTURA URBANA

- . Água
- . Energia Elétrica
- . Coleta de Lixo
- . Drenagem e Pavimentação de Ruas
- . Transporte Coletivo

3. INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA

Estradas que dão acesso ao aglomerado segundo: condições de uso, integração com outros subespaços, papel nas mudanças ocorridas, demanda da comunidade acessos ferroviários. O papel da aglomeração em relação a rede viária.

4. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PARA OS POVOADOS

4.1. *Contagem de prédios existentes:*

| | |
|-----------------------|-------|
| Fins domiciliares | |
| Fins mistos | |
| Fins não domiciliares | |
| Outros | |

4.2. *Adequação do croqui do IBGE com a situação urbana atual:*

| | |
|----------------------|-------|
| Inalterado | |
| Dã para corrigir | |
| Demanda reformulação | |

4.3. *Escola de 1º Grau*

Nome:

Séries a que atende:

Matrículas nos últimos anos:

1980

1981

1982

1983

1984

4.4. *Proporção de atendimento de demanda interna e externa ao povoado*

.....

5. EVOLUÇÃO HISTÓRICA E SITUAÇÃO SÓCIO-CULTURAL

Considerar: origens, momentos marcantes, fases de crescimento e estagnação, fatos pitorescos, etc. Principais lideranças, focos de conflitos, formas de organização social, formas de controle social, reivindicações principais e interferências externas.

AVALIAÇÃO DOS AGLOMERADOS
VETORES DE CRESCIMENTO

AGLOMERADO:

MUNICÍPIO:

SITUAÇÃO:

1. Qual a função do aglomerado na ordem local?
2. Determinantes da fronteira do crescimento observado. Papel da zona rural local e outras áreas no crescimento da aglomeração?
3. Grau de especialização do espaço e vinculação deste com a fração de rede urbana no qual se insere. Qualificação desta integração?
4. Qual o grau de resistência do local às mudanças (culturais, políticas, físicas, etc.)?
5. Em quais regiões o aglomerado está inserido?

AVALIAÇÃO DOS AGLOMERADOS
SÍNTESE ANALÍTICA

1. Em que fração o crescimento é local ou reflexivo?
2. No que o quadro atual (após 1980) difere do período precedente? Have
ria alguma alteração na curva de crescimento?
3. Há perspectiva de saturação do crescimento pelo esgotamento dos bol
sões alimentadores desse?

2.

REDE URBANA DO ESPÍRITO SANTO

2.1. DEFINIÇÕES

2.1.1. A NOÇÃO DE ESPAÇO

A ciência dos conceitos de espaços sociais iniciou-se por vertentes distintas, a partir das diferentes áreas de conhecimento, desde o espaço proxêmico definido por T. Betanini a partir da etologia, passando pelos psicológicos e sociológicos, até os espaços geográficos, econômicos e políticos, onde se dão as relações entre os homens e se definem os aspectos demográficos, conforme referencial assumido.

A diferenciação aparente entre o espaço geográfico e o espaço econômico, o primeiro com o conceito de determinismo físico, o espaço *concreto*, e o segundo com um espaço *abstrato*, onde os fluxos se realizariam entre pontos emissores e pontos receptores, Tricart introduziu a noção de *rugosidade do espaço*, tentando mostrar que *tendo o passado geográfico e histórico modelado paisagens diferentes, tudo o que nelas se superpõe não pode ser indiferente a essa aquisição.*¹

O espaço real seria, então, uma porção delimitada do território com suas características fisionômicas e fisiológicas que são teatro das ações da sociedade local e das influências externas, que por sua vez são fatores de alteração daquelas características. Os fluxos, resultados daquelas ações, têm autonomia limitadas pelas diferentes formas de combinação, que se adaptam ao inserirem-se numa base geográfica concreta.

Essas características de interdependência entre os fluxos e os espaços em que se dão, descartam a possibilidade de abordagem determinística no presente trabalho.

Por outro lado, o espaço não pode ser definido fora de sua própria estrutura e organização, realidade traduzida por ritmos e formas, ou combinações quantitativas e qualitativas de um certo número de variáveis, em

¹SANTOS, Milton: *O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo*. São Paulo, Ed. Hucitec, 1978.

tempos diversos, baseados em equipamentos e atividades de diversas épocas, o que nos permite considerar a acumulação de tempos reais no espaço. Daí resulta a pesquisa do *tempo espacial* ou do *espaço-história*.

Cada atividade tem um reflexo e uma escala espacial diferentes, dependendo do nível de desenvolvimento econômico e do nível de atividade. Essa atividade se dá dentro de um espaço-paisagem e, tem seu âmbito um espaço de influência, que permite distingui-la para fins de enfoque.

Esse funcionamento, contudo, não é rígido e muitas vezes não contempla a divisão urbano-rural, que se dá ao nível da paisagem mas não ao nível elementar, se considerado, por exemplo, o fator decisão, quando a organização ou reorganização de uma região compreendida por cidades e campo pode se dar por força de indução externa. *Isto equivale a dizer que não se pode isolar unidades espaciais como se estas constituíssem entidades que oferecem por si mesma todos os elementos de sua própria interpretação*².

²SANTOS, Milton. op. cit.

2.1.2. AS ESPECIFICIDADES DO ESPAÇO NOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

As porções do espaço, definidas como regiões, em países subdesenvolvidos, não correspondem aos critérios adotados nos países centrais, o que leva a especulações sobre suas especificidades.

Esses espaços seriam derivados, periféricos, abertos, seletivos, incompletamente organizados, descontínuos, fracionados, não integrados, instáveis e diferenciados.

O conceito de derivação resulta do fato de que a configuração desses espaços se deve às necessidades impostas pelo sistema político-econômico em vigor, sistema mutável que organiza ou remodela aquela fração tornada especializada. Esses espaços situam-se física e politicamente na periferia dos centros situados em regiões mais desenvolvidas, de onde provêm as decisões ou as induções de sua especialização.

Adaptando-se, num dado momento, às tarefas que lhe são requeridas, esses espaços oferecem pouca resistência às mudanças exigidas pelo capital, o que lhes dá a condição de *aberto*.

Por outro lado, os impactos das modernizações não se dão ao mesmo tempo, nem no mesmo lugar desse espaço, mas de maneira seletiva, de modo a garantir a reprodução dos investimentos.

Assim, as instalações e mesmo a presença humana não são fenômenos generalizados sobre toda a extensão do espaço, sucedendo-se de maneira descontínua os vazios e os ocupados, tornando esse espaço heterogêneo, coexistindo setores modernos com os arcaicos, dispersos ou concentrados, que lhe dão características de organização incompleta e de fracionamento.

Essas regiões, ligadas a força de decisões exteriores, não consolidam uma articulação interna completa, ou seja, não são integradas. A introdução dos elementos de modernização de forma múltipla e em tempos diferenciados leva aos desequilíbrios e aos ajustamentos repetidos, de maneira instável.

Submetidos a uma evolução, os espaços funcionais adquirem uma dinâmica maior, criando subespaços mais modernizados que adquirem a posição de polos regionais os quais assumem o papel de articuladores dos indutores externos.

A seleção dessas localizações, por outro lado, leva em conta determinadas condições de infra-estrutura, criando esses subespaços ou utilizando e transformando arcabouços pré-existentes, como se pode observar no caso de algumas cidades que adquirem surto de *desenvolvimento* quando a região próxima é inserida à demanda global. Nas palavras de M. Santos, *o espaço é então o resultado de um compromisso entre um tempo externo representado pelas variáveis impostas de fora e um tempo interno representado pelas variáveis já localmente amalgamadas.*³

Por outro lado, verificamos que essas cidades não são completamente equipadas, articulando-se com centros maiores para o atendimento das necessidades de sua região de trocas de bens e serviços.

³SANTOS, Milton. op. cit.

2.1.3. A NOÇÃO DE REGIÃO

Segundo B. Kayser, *uma região constitui sobre a terra um espaço preciso, porém não imutável, inscrito em um dado quadro natural, e que corresponde a três características essenciais: os vínculos existentes entre seus habitantes, sua organização em torno de um centro dotado de certa autonomia e sua integração funcional a uma economia global. Ela resulta de uma associação de fatores ativos e passivos, de intensidades variáveis, cuja dinâmica própria dá origem aos equilíbrios internos e às suas projeções espaciais*⁴.

Essa definição permite discernir, entre as inúmeras delimitações físicas do espaço, utilizando critérios diversos como o próprio espaço físico (bacias), espaços culturais, espaços políticos, etc., que vêm sendo utilizadas, por comportar a multiplicidade dessas visões e a multifacialidade da realidade.

A região perfeita, um espaço delimitado com um nível de trocas quase nulo com o exterior, utilizando exclusivamente os serviços de sua rede urbana hierarquizada, praticamente inexistente, tratando-se antes de tudo de um modelo teórico para a compreensão do seu conceito. Entre as diversas características de coesão de um espaço destacam-se os laços existentes entre seus habitantes, no sentido econômico, social e eventualmente político e étnico. Destacam-se, portanto, as relações que lhe dão certas características comuns e uma certa homogeneidade, apoiada sobre bases físicas naturais ou construídas que facilitam os fluxos de maneira convergente.

Essa organização se dá apoiada em um ou mais pontos, conceituados como nódulos ou pólos, baseados nas atividades terciárias, que são as cidades. É importante destacar, portanto, o grau de integração cidade-região que será tanto mais completo, quanto mais complexos e diversificados sejam os vínculos. A dependência se dá não apenas da região em relação a cidade, mas também desta direta ou indiretamente, às atividades da região,

⁴KAYSER, B. *A região como objeto de estudo.*

ã vitalidade (entendida como integração ao mercado mundial) econômica dos dois conjuntos.

Portanto, a região sã existe, como parte de um conjunto cada vez mais globalizado, no qual as cidades sã elementos de penetração da economia moderna e industrial nos meios agrícolas, ou esses conjuntos tem sido mesmo motivo de sua dissolução, na medida em que o desenvolvimento dos meios de transportes e da multiplicidade das decisões que a estruturam, têm ocasionado mudanças nos pãlos de dependências ou modificação nas configurações regionais, donde o enfoque não estãtico de regiões adotado pelo trabalho.

2.1.4. DA CIDADE À REDE URBANA

Os estudos mais antigos, principalmente aqueles derivados da CEPAL, consideravam as cidades como traços de união entre uma área desenvolvida industrializada, que absorve as matérias primas e as áreas rurais produtoras de produtos brutos ou semi-acabados e, em sentido inverso, absorve dora de produtos manufaturados. Todavia, observa-se hoje que grande parte da produção agrícola bruta vai diretamente aos centros industriais e o aprovisionamento das áreas rurais se faz por intermédio das cidades médias ou mesmo locais.

Verifica-se que a maioria das cidades, mais que no setor secundário, tem nos serviços a razão de sua existência e de articulação com a região na qual está inserida. Importa portanto os níveis de articulação que tem com o seu entorno e com os centros maiores, enquanto elemento ativo e passivo que tem sua importância relativa.

O estudo da cidade, como organismo isolado, não faz sentido, como reafirma M. Rochefort: *a unidade real da organização é constituída pelo conjunto de centros necessários ao fornecimento da totalidade de serviços e produções reclamados pelas atividades econômicas e pela vida da população em geral*⁵.

A compreensão da realidade regional se faz, portanto, através do estudo das redes urbanas, na medida em que sejam suscetíveis de assegurar as inter-relações das cidades e da região e com o exterior, dentro das necessidades de desenvolvimento e das novas formas de consumo e produção, no contexto de localização, especialização e trocas nos espaços nacionais e mundiais.

A rede urbana seria o *resultado de um equilíbrio instável de massas e de fluxos cujas tendências à concentração e dispersão variam no tempo e estão em relação com os dados estruturais e técnicos de ordem econômica, sócio-cultural e política; ...*

⁵ROCHEFORT, M. *As noções de rede urbana e de armaduras urbanas.* in SANTOS, Milton - *O trabalho do geógrafo no 3º mundo.*

Uma rede urbana exprime, no espaço, o jogo de fatores de diferentes naturezas e de diferentes categorias que se combinam de diversas maneiras no tempo; resulta daí uma certa distribuição quantitativa e qualitativa das aglomerações no espaço considerado, conforme propõe Milton Santos⁶.

A noção de configuração espacial aplica-se, portanto, à noção de rede urbana, a qual vai se estruturando (instavelmente) pelas diversas combinações das relações de produção e consumo, apoiados em um espaço físico natural e construído em sociedades e estruturas políticas em e sobre diversos tempos. Isso quer dizer que aí se interagem fatores novos e antigos, equipamentos, infra-estrutura, ou sociedades.

Como pano de fundo, a evolução atual da organização urbana se dá tendo como uma das características a dinâmica das estruturas de transportes e comunicações, ou seja, de fluidez, que resultam em *espaço-tempo*, distâncias relativas diferenciadas beneficiando as áreas comunicadas com os centros maiores. Outra é o aumento do consumo urbano e rural, o que amplia os fluxos e realça as interdependências. Por outro lado, verifica-se que as estruturas sociais e econômicas e muitas vezes as políticas têm transformações mais lentas, não acompanhando as evoluções necessárias.

A localização das economias urbanas se dão buscando as vantagens locais que garantam maior eficiência do capital, analisando os fatores acima citados para um desempenho regional, procurando regiões de produção dinamizada, e buscando economias de escala. Esses elementos e formas de concentração ou de dispersão fazem com que as cidades sejam desiguais, com funções hierárquicas e a rede heterogênea.

⁶SANTOS, Milton. op. cit.

Georges Mercadal⁷ aconselha realizar um inventário prático do conjunto das funções urbanas, localizar os níveis de exercício de cada uma, e deduzir uma hierarquia global das cidades, inferindo a configuração e a provável evolução da rede urbana.

2.2. A CONSTRUÇÃO DA REDE URBANA DO ESPÍRITO SANTO

2.2.1. CONSTRUÇÃO DA REDE: DIFICULDADES E SUPERAÇÕES

Os modelos clássicos, de estudo das armações urbanas consideram uma série de fatores capazes de medir as influências interna e externa dos espaços urbanos, permitindo identificar, em função de sua zona de influência, na dimensão regional e supra-regional, o papel de diretores da vida econômica e social dessa zona, tais como: a importância de sua população terciária, a presença de comércio pouco comum e muito especializado, sua rede bancária, a presença de sedes de empresas, o número de profissões pouco comuns, a existência de serviços administrativos com poder de influência sobre a área, serviços médicos de nível superior, etc.

Realizou-se neste trabalho um inventário prático do conjunto de funções urbanas, localizando os níveis de exercício de cada uma, deduzindo uma hierarquização e provável evolução da rede urbana.

O estudo da rede urbana foi feito a partir da área de influência das aglomerações, da hierarquia das aglomerações e da armação urbana. Os indicadores não foram somente medidos a partir dos pólos, tentando verificar o alcance dos serviços, mas percorrendo as regiões e, a partir das entrevistas, verificar a aglomeração polarizadora daquele ponto do espaço e

⁷MERCADAL, Georges. *Les Études d'Armature Urbaine, Regionale.* in: DERYCKE, Pierre - Henry - La Economia Urbana.

a qualidade daquela polarização.

No caso da área de influência das aglomerações não foi considerado nenhum indicador quantitativo que pudesse responder definitivamente a questões como: qual a fronteira de influência entre cidades de importância desigual?; para pontos determinados do espaço interurbano, qual dos polos urbanos que exerce influência determinante? No caso da hierarquia das aglomerações não se estabeleceu claramente quais são os lugares centrais para cada especialização (bens e serviços), em relação às aglomerações circundantes.

Essa postura deveu-se à adoção do princípio de que os espaços polarizados são abertos, instáveis e, portanto, incompletos, ou seja, apesar de configurados, não são perfeitamente delimitáveis. Consequentemente, a armação urbana resultante recuperou as características de superposição e interconexão de sua trama e de hierarquização dos seus polos, mesmo que as zonas de influência ou atração daquela trama não estejam separadas com clareza, ou que essas hierarquizações não estejam completamente definidas.

Por outro lado, a pesquisa, a partir das regiões, permitiu detectar espaços multipolarizados ou subpolarizados, ou seja, espaços sob área de influência de mais de um polo ou de influência direta de um polo e secundária de outro ou de outros, o que caracterizariam sobreposições de subespaços (regiões).

2.2.2. OS CONCEITOS ADOTADOS

A cidade não é apenas uma forma, mas uma estrutura. Esta estrutura é dada pela existência de uma economia urbana capaz de estabelecer laços econômicos entre as cidades e as suas regiões. A intensidade desses laços, (os fluxos) têm capacidade de organizar uma estruturação específica do espaço, configurando regiões funcionais e armações urbanas.

Adotou-se, portanto, um sistema simplificado de divisões territoriais e de núcleos urbanos, verificando as funções dos aglomerados nos setores relativos aos fluxos agrícolas, aos serviços à economia e aos serviços à população, e ainda o porte dos aglomerados e o número de habitantes.

Os aglomerados foram, então, classificados, quanto ao Grau de Especialização, em: cidades embrionárias, cidades locais, cidades regionais e área central; completas ou incompletas, exceto a primeira, sempre incompleta, e a última, considerada completa apesar de polarizada pelos centros metropolitanos nacionais.

Foi ainda realizada a Classificação Funcional dos Aglomerados conforme o grau de inserção na rede, e verificadas as linhas de vinculação ou subordinação inter-aglomerados.

Quanto ao Grau de Especialização dos aglomerados foram adotados os seguintes conceitos:

- CIDADE EMBRIONÁRIA

Pequeno aglomerado totalmente vinculado ao locus rural, seja enquanto hospedeiro de agricultores, e trabalhadores rurais seja enquanto pólo de coleta incipiente de produtos agrícolas. O que caracteriza este aglomerado é o peso quase inexpressivo do terciário enquanto geração de empregos e de renda.

- CIDADE LOCAL

Seria o aglomerado capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações, sem contudo satisfazer as necessidades da classe de renda mais alta para certos tipos de consumo mais sofisticados.

- CIDADE LOCAL INCOMPLETA

Quando apenas uma parte pouco significativa das necessidades vitais não são aī satisfeitas. Em geral ocorre quando existe um pōlo maior prōximo ao aglomerado e esta necessidade requer certa especializaçō do espaço.

- CIDADE REGIONAL

O aglomerado, para satisfazer ā condiçō de cidade regional, precisa ter um certo grau de especializaçō urbana, principalmente de atividades do circuito superior da economia, bem como conseguir uma certa independēcia com o meio rural e forma direta. Esta *autonomia urbana* ē dada pela interdependēcia das diversas atividades presentes no aglomerado e de sua capacidade de gerar condiçōes de sedentarizaçō populacional a partir da existēcia de um mercado para os produtos e/ou serviçōs aī gerados cujo consumo nō pode ser satisfeito apenas localmente. Vale dizer, sua capacidade nō ē sempre maior que sua demanda especīfica e pressupōe a existēcia de outros nūcleos ou sub-regiōes que necessitam do excedente aī gerado. Uma das maneiras de detectā-la ē quando ela polariza de alguma forma uma ou mais cidades locais, completas ou nō.

- CIDADE REGIONAL INCOMPLETA

Tem as mesmas caracterīsticas da precedente, com a ressalva de que apenas parte da demanda por atividades e serviçōs desse nīvel podem ser aī satisfeitas. Sem se ater ā totalidade dos serviçōs possīveis, convēm notar que uma cidade regional completa polariza nō sō a distribuiçō de produtos e de serviçōs como a sua comercializaçō e coleta dos produtos produzidos nas āreas por ela polarizada, o que cria uma clientela cativa para os produtos/serviçōs aī existentes, o que ocorre de maneira muito mais tēnue no caso da incompleta.

- ĀREA CENTRAL

Ē o centro econōmico, polītico e financeiro do Estado que, dadas as condiçōes concentradoras do modo de produçō capitalista monopolista, das decisōes polītico-administrativas, das atividades culturais, educacio

nais e de saúde, do terciário sofisticado e de elo de ligação com o mundo desenvolvido, tende a se projetar por todo espaço macrorregional e de modo particular pelo espaço a ela subordinado. Seu crescimento se faz ampliando seu poder de irradiação ou seja, de espaço polarizado, e expandindo o seu núcleo, muitas vezes incorporando (conurbando) aglomerados próximos em seu espaço urbano. Constitui-se no Aglomerado Urbano da Grande Vitória que, contudo, a rigor enquanto metrópole, pode ser considerada incompleta, pois sofre forte polarização das metrópoles do centro-sul.

A Classificação Funcional dos Aglomerados foi realizada levando em consideração o grau de inserção na rede urbana:

- a) Sem inserção - certos aglomerados, geralmente os povoados (mas nem todos) têm uma função específica de apêndice rural, de um modo tão direto e pouco especializado, abrigo de trabalhadores rurais de atividades centradas na auto-produção e auto-consumo, com um grau de monetarização bem baixo, que não há como inseri-los em rede urbana alguma, uma vez que inexistem dependências importantes entre estes e as cidades ao redor. Cada vez mais raros, não podem ser confundidos com os povoados abrigos de trabalhadores rurais de agricultura intensiva.
- b) Com Inserção - a inserção ã rede urbana se dá via funções de coleta de produtos, distribuição, sede administrativa e polarização.
 - Coleta de Produtos: é a função mais primária e tradicional de um aglomerado, não importando se há ou não a alguma transformação elementar (tipo farinheira, p/ex.) ou o grau de peso (magnitude) dos produtos ali estocados e redistribuídos.
 - Distribuição: dado o caráter hierarquizado da classificação um núcleo de distribuição é ou pode ser também um centro de coleta, não importa a que nível. Em geral a função primordial destes aglomerados é permitir acesso aos mercados de sua área de influência a productos industrializados e serviços especializados.

- Sede Administrativa: a função de sede administrativa municipal faz com que esses núcleos abriguem equipamentos públicos e político-administrativos, todavia nem sempre essas sedes têm o status de pólo microrregional.
- Polarização: um centro polarizador se caracteriza pelo fato de, concomitantemente, concentrar e extrair mais-valia da produção existente em toda a sua área de influência ao mesmo tempo em que concentra boa parte do terciário sofisticado. É onde se realiza o circuito superior da economia (bancos, comércio sofisticado, serviços especializados, atacadistas, o grande comércio, etc.). Ao concentrar a produção e a distribuição econômica regional estes lugares criam condições não só de reprodução econômica como a da sua própria reprodução como espaço de dinamismo econômico e de concentração populacional.

Finalmente, foram estabelecidas as linhas de vinculação entre os aglomerados da rede:

- Complementariedade: corresponde a um conjunto de lugares sob influência direta do pólo reprodutor da economia local ou da dominação político e administrativa a que deve ser representado por semi-círculos concêntricos.
- Dependência: vincula o primeiro conjunto de aglomerados ao centro hegemônico regional ou mesmo local, o que pressupõe a existência de um novo semi-círculo implícito que vincularia a área de influência do centro hegemônico às áreas dos aglomerados dependentes. É representado por uma linha reta.

2.2.3. AS ARMAÇÕES URBANAS

A Fundação IBGE/IBG realizou, com base em dados de 1966, uma Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas, conhecida como Rede Urbana. 1968,

sob a coordenação de Pedro Pinchas Geiger⁸.

Esse trabalho adotou o método de contagem relacionamentos ou vínculos mantidos entre os centros urbanos em três setores de atividades: fluxos agrícolas, distribuição de bens e serviços à economia e à população. Os indicadores foram obtidos através da pesquisa de fluxos de passageiros e através de pesquisa direta, que procurou estabelecer o sistema de relações entre os diversos núcleos urbanos, ao nível da distribuição de bens e serviços.

Os relacionamentos foram matrizados e pontuados, e, a partir disso, as cidades foram classificadas como centro de relações, considerando o conjunto de vínculos mantidos com espaços maiores ou menores, urbanos ou rurais. As cidades foram então classificadas em quatro níveis hierárquicos, estabelecidas ainda as subordinações de centros conforme as indicações de relacionamentos: áreas metropolitanas, centros regionais, centros sub-regionais e centros locais.

O presente trabalho, adequado ao espaço administrativo do Estado, levou em consideração o âmbito do espaço regional (nacional) inserido no Espírito Santo. Assim, o Centro Regional (nível 2) para nós foi considerado o Área Central, os Centros Sub-Regionais (nível 3) foram considerados Cidades Regionais, os Centros Locais (nível 4) classificados como Cidades Locais Completas e as Sedes dos Municípios como Cidades Locais Incompletas, introduzindo posteriormente as Cidades Embrionárias na rede de 1985.

O trabalho de investigação teve as Fichas de Campo como roteiro e o embasamento teórico da equipe como suporte, na medida em que esta passou por amplo processo de treinamento, homogeneização de conceitos e conhecimento da metodologia e roteiro global do objeto em elaboração.

⁸BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia. Departamento de Geografia. *Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas*. Rio de Janeiro, 1972.

Assim, foi possível a recuperação da memória dos locais visitados, através das Fichas Analíticas elaboradas conjuntamente por integrantes do grupo, tentando levantar, para cada aglomerado, sua função na ordem local, as fronteiras do crescimento observado e sua relação com a zona rural e outros aglomerados urbanos. Procurou-se também relacionar o grau de especialização do espaço e sua vinculação com a fração da rede urbana no qual se insere, bem como em quais regiões o aglomerado está inserido, qual o seu grau de resistência às mudanças e em que medida o crescimento (positivo ou negativo) é local ou reflexivo. Por outro lado, para fins objetivos buscou-se ainda detectar a dinâmica de mudanças e as perspectivas de saturação do processo.

A montagem cartográfica da rede foi realizada com a participação de toda a equipe, visando explicitar os fenômenos de ordem física, econômica, social e política determinantes da formação dos diversos subespaços, configuradores das sub-regiões e das inserções/vinculações à rede urbana, com o apoio dos dados disponíveis a partir das pesquisas secundárias.

A projeção da rede futura foi realizada com o mesmo método, observando os determinantes existentes e as tendências econômicas, sociais e políticas do desenvolvimento do processo, inferindo ainda dados relativos a investimentos futuros e infra-estrutura.

Evidentemente essa rede reflete as condições estruturais de configuração, ressaltando os fatores imprevisíveis em que se constituem os dados conjunturais.

2.2.4. A HISTORICIDADE E A RELATIVIDADE DOS CONCEITOS

Evidentemente, todo conceito só tem sentido se referenciado com o tempo em que ele se insere. Quando, na evolução da rede urbana do Estado, verificarmos uma alteração nas especializações encontradas em várias aglomerações, inclusive com perda hierárquica, isso não tem nenhum compromisso com tamanho nem com decadência das cidades.

O que se considera é o significado histórico do conceito. Quando se fala que a cidade local completa é a que garante a satisfação das necessidades vitais, reais ou criadas, da população, e se sabe que essas necessidades criadas vão se modificando, conclui-se que o não acompanhamento, por uma cidade qualquer, dessa sofisticação de necessidades, mesmo que não haja nenhuma perda de função, vai determinar a sua desclassificação enquanto cidade local completa. Isso vale para todas as especializações.

Nesse sentido cada rede foi estudada segundo os referenciais temporais correspondentes. Já a questão da relativização do conceito é mais complexa, embora seja presidida pela mesma lógica, qual seja, é o grau de sofisticação de demanda que vai caracterizar a especialização.

Nesse caso há que se proceder a um corte atemporal histórico, para considerar estágios diferenciados de demanda. Assim, uma série de aglomerações ao norte do Espírito Santo foram consideradas cidades locais completas enquanto outras, ao sul, com tamanho aproximado e especialização equivalente, estão classificadas como incompletas. Ignorar as diferenças econômicas e sociais entre os dois espaços seria imperdoável.

2.3. A REDE URBANA DO ESPÍRITO SANTO: EVOLUÇÃO E DISCUSSÃO

A economia do Espírito Santo pode ser, basicamente, dividida em dois períodos históricos:

- a) a economia monocultora de café, que começa com a expansão do café para o interior (Vale do Rio Itapemirim, Vale do Rio Castelo, Vale do Rio Itabapoana), em meados do século passado, e vai até o final dos anos 60, quando a política de erradicação dos cafezais irá desestruturar definitivamente todo o sistema formado a partir da ocupação/expansão do café.
- b) A modernização que se segue depois de um período de relativa estagnação (transição) com a entrada do grande capital industrial, agroindustrial e agrário na década de 70.

Esses dois períodos históricos serão tomados como referência básica para o entendimento da rede urbana do Espírito Santo, no que concerne à sua formação histórica, situação atual e evolução futura. Para isso, três armações urbanas serão consideradas: a de 1968, que, apesar dessa data significar o início do período de transição para a economia moderna, ainda reflete a rede urbana formada a partir da ocupação/expansão do café; a rede urbana de 1985, que já reflete o processo de modernização consolidado e a rede futura de 2010 montada a partir da lógica de reprodução da economia hoje consolidada.

2.3.1. A ECONOMIA MONOCULTORA DE CAFÉ E A REDE URBANA EM 1968

Nesse período o que caracterizava a dinâmica da economia capixaba era a produção cafeeira. Sua penetração, a partir de meados do século passado, a sua expansão, seguindo em direção ao interior do Sul do Estado, depois, pela área Central e, mais recentemente, ocupando o norte do Estado, vai possibilitar/requerer o surgimento de uma série de cidades que tinham, como característica comum, o fato de todas gravitarem em torno da produção agrícola, quer como primeira cadeia da intermediação desse produto quer como centro de distribuição de bens e serviços à população rural.

Por tratar-se de uma economia baseada na pequena produção e mão-de-obra familiar, a dinâmica dessas cidades estava dada pela possibilidade ou não de reprodução do capital comercial. Ora, sabe-se dos limites de reprodução, em termos capitalistas, do capital mercantil. E, ainda, dado o pequeno volume de excedente a ser apropriado, apenas alguns centros conseguiram criar dinâmica maior, por estarem situados em posições estratégicas no que diz respeito ao sistema viário e por onde o escoamento da produção teria que, necessariamente, passar.

Vale lembrar que o café era um produto de exportação e que a direção do seu escoamento era, portanto, o porto.

Isso explica, em linhas gerais, a existência de suas cidades regionais, na rede de 1968*, Cachoeiro e Colatina, além de Vitória que, por estar ao lado do porto, era o locus da reprodução do Capital mercantil - exportador, que dava a hegemonia desse período histórico considerado. Isto é, era o capital mercantil - exportador que concentrava o maior volume de excedente apropriado, mas, ao mesmo tempo, sua dinâmica de reprodução, enquanto capital, dependia, fundamentalmente, da produção agrícola (do café), já que esse capital não se diversificava.

Em outras palavras, o limite da reprodução do capital, no Espírito Santo, estava dado pelo:

- 1) Volume não muito grande de excedente a ser apropriado, se comparado com o restante do País.
- 2) A produção do quase que único produto comercializável no Estado era feita a partir de bases não capitalistas e, com isso, a economia era pouco monetarizada e homogeneizada, ou seja, não haviam especializações claras do espaço e as cidades tinham basicamente a mesma função.

Ganha relevância especial, nessa economia homogeneizada, o sistema de transportes.

Assim é que as duas cidades regionais Cachoeiro de Itapemirim e Colatina, são, e não por acaso, pontos de ligação ferroviária com Vitória, por onde escoava o café através do porto.

Dessas cidades partia uma série de estradas vicinais e mesmo ramais ferroviários até os centros menores que faziam a primeira intermediação do café.

Das quatro cidades locais existentes, com exceção de São Mateus, que tem sua história ligada à produção de farinha de mandioca, a qual era expor

*Veja mapa da Rede Urbana.

tada para o Norte do país, as demais apareceram e ganharam dinâmica com a comercialização do café.

Assim, abstraindo-se de algumas questões secundárias, o que deve ser retido é que a rede urbana ainda existente em 1968 tem na sua origem e explicação a produção e comercialização do café.

Observe-se cada uma das regiões formadas por essas três cidades*.

A) A Região de Cachoeiro de Itapemirim

Essa região é área pioneira de penetração do café.

O litoral Sul é região de ocupação antiga, que tinha na produção do açúcar sua principal atividade econômica. Durante todo esse período a cidade de Itapemirim foi o principal centro dessa região, devido à sua função portuária. Com a substituição dessa cultura pelo café, a partir de meados do Século XIX, e sua penetração para o interior, Cachoeiro de Itapemirim vai se consolidando como ponto importante da intermediação do novo produto, ou seja, era nessa cidade que se concentrava toda a produção do interior que daí descia pelo Rio Itapemirim (então navegável) até o porto de Itapemirim e daí para o Rio de Janeiro.

Durante todo esse período, essa região foi a mais importante, em termos econômicos, e pouca ligação tinha com a capital. Sua ligação se dava, fundamentalmente, com o Rio de Janeiro.

A construção da estrada de ferro Leopoldina, que passa a operar no início da segunda década deste século, visava fortalecer a ligação do Sul com a capital. O objetivo principal era fazer a exportação do café diretamente por Vitória e não mais pelo Rio de Janeiro. Isso só veio fortalecer a cidade de Cachoeiro como polo da região. Por ali passava toda a produção para exportação e também todos os produtos importados. Ou seja, o

*Essas não são as únicas regiões da rede de 1968. Veja mapa no final do Volume.

capital comercial dava a dinâmica da cidade, que dependia, fundamentalmente, da produção agrícola de sua região.

As duas cidades locais dessa região, Guaçuí e Alegre, também se consolidaram como locais importantes de intermediação do café, com a sua expansão no período 1870-1910. A expansão do café, nesse período, se dá com base no imigrante europeu, o que vai mudar radicalmente a forma de produção até então predominante, ou seja, da produção escravista de grandes propriedades passa-se para a produção de pequenas propriedades baseadas na mão-de-obra familiar.

Ainda na década de 1910, Cachoeiro de Itapemirim passava a ser locus de uma série de investimentos estatais, dentre os quais destacava-se a construção pelo Estado de várias fábricas, a de cimento, a de tecidos, a de óleo. O objetivo era criar alternativas para a agricultura local (o café havia passado por uma crise internacional de preço), que forneceria a matéria-prima (algodão) e explorar as reservas locais de calcário.

Essas indústrias passaram por uma série de crises, foram arrendadas, vendidas, mas permanecem até hoje. Isso, de qualquer forma, criou uma certa tradição industrial na cidade que, com a crise do café no final da década de 60 desvincula-se quase que totalmente do seu entorno agrícola. Já na rede de 68 a cidade de Cachoeiro não mais tem o papel fundamental de intermediação da produção de café, pois a economia da região encontrava-se mais diversificada. A pecuária leiteira já era importante na região e a indústria do mármore começava a despontar.

Não é diferente a dinâmica das três cidades que aparecem no extremo sul deste. Só que a polarização é feita por Bom Jesus de Itabapoana. Essa relação vem desde a época da penetração do café pelo Vale do Rio Itabapoana no século passado e não foi rompida.

B. A Região de Colatina

A rede de cidades que gravitavam em torno de Colatina também apareceram como consequência da expansão do café e tinham sua dinâmica totalmente

vinculada à produção agrícola, com exceção de São Mateus e Conceição da Barra, como já foi dito anteriormente.

Já em 1906, a estrada de ferro ligava Vitória a Natividade. A ocupação começou inicialmente ao longo da ferrovia. Mas é, sobretudo, a partir dos anos 40 que essa região será totalmente ocupada. Dado o esgotamento do solo, no sul, o café começa a ser substituído por pecuária enquanto que o Norte, região de fronteira agrícola, passa a ser a principal região produtora de café. A cidade de Colatina, por estar localizada no entroncamento ferroviário/ligação Norte (a ponte é da década de 20) caberá o papel de ligação com o capital mercantil-exportador de Vitória, agora já totalmente hegemônico em relação a Cachoeiro.

As duas cidades do extremo Norte (Mucurici e Montanha) têm pouca ligação com Colatina e isso se explica por não estarem em região tradicional de café. Ali não houve o ciclo mata-café-pasto. A pecuária é introduzida na região diretamente após a derrubada da mata. São, portanto, cidades bem menos dinâmicas, típicas da cultura de sua região. No entanto, o café nessa região é, até essa data, ainda importante cultura e, embora esses centros não se liguem a Colatina para consumo de bens e serviços, que as cidades embrionárias não oferecem, o escoamento da produção de café é feito por Colatina.

Resumindo, Colatina concentrava toda a produção de café do Norte do Estado e isso possibilitava a retenção de parcela significativa de excedente que, ao mesmo tempo em que lhe conferia dinâmica e condições de especialização, em termos de oferta de bens e serviços, também impedia o surgimento de outros centros com tais funções.

C. A Região de Vitória

Até a ocupação da região central, pelos imigrantes, com o conseqüente incremento da produção cafeeira, Vitória era apenas a capital administrativa.

A cidade que detinha maior dinâmica e importância econômica era Cachoeiro e sua ligação se dava com o Rio de Janeiro. Com a entrada do café na região central e seu conseqüente escoamento pelo porto de Vitória e a ligação ferroviária com o Sul, a produção de café do Espírito Santo passa a ser totalmente exportada pelo porto de Vitória. Isso irá consolidar Vitória como centro de influência, já que é aqui que se dá a localização/reprodução do capital hegemônico, o mercantil-exportador.

Assim, Vitória passa a concentrar um volume maior de excedente que, aliado à sua função administrativa, permite o desenvolvimento de algumas funções mais especializadas.

O que se quer destacar é que, durante todo esse período, as cidades surgiram e ganharam dinâmica, consolidando alguns centros mais importantes, em função da possibilidade (dada normalmente pela localização em relação ao Sistema Viário) de reter excedente via comercialização de produto agrícola. Dessa forma, mesmo Vitória, apesar de ser um centro de serviços mais especializados, tinha sua dinâmica dada pela produção agrícola. Assim sendo, qualquer mudança na produção rural iria afetar fundamentalmente essas cidades. E é o que vai acontecer com a erradicação do café na década de 60.

REDE URBANA - 1968
ESPIRITO SANTO

| ÁREA CENTRAL | CIDADE REGIONAL | CIDADE LOCAL COMPLETA | CIDADE LOCAL INCOMPLETA | | | |
|--------------|-----------------|-----------------------|--|-------------------------|--------|--|
| Vitória | | | Afonso Cláudio Aracruz Cariacica Domingos Martins Fundão Guarapari Santa Leopoldina Serra Viana Vila Velha | | | |
| | | | Alfredo Chaves Anchieta Atílio Vivacqua Castelo Conceição do Castelo Iconha Iúna Itapemirim Mimoso do Sul Muqui Piúma Presidente Kennedy Rio Novo do Sul | | | |
| | | | Jerônimo Monteiro Muniz Freire | | | |
| | | | Divino São Lourenço Dolores do Rio Preto | | | |
| | | | | Cachoeiro de Itapemirim | | |
| | | | | | | |
| | | | | | Alegre | |
| | | | | | Guaçuí | |

Continua

Continuação

REDE URBANA - 1968

ESPIRITO SANTO

| ÁREA CENTRAL | CIDADE REGIONAL | CIDADE LOCAL | CIDADE LOCAL INCOMPLETA |
|--------------|-----------------|--------------------------------|--|
| Vitória | Colatina | | Baixo Guandú Barra de São Francisco Ecoporanga Ibiraçu Itaguaçu Itarana Linhares Mantenópolis Pancas Santa Tereza São Gabriel da Palha |
| | | Nova Venécia | Boa Esperança |
| | | São Mateus | Boa Esperança Conceição da Barra Pinheiro |
| | Nanuque (M.G.) | | Montanha Mucurici |
| Campos R.J. | | Bom Jesus de Itabapoana (R.J.) | Apiacá Bom Jesus do Norte São José do Calçado |

REDE URBANA - 1968

REGIÃO I - Vitória

Ia - Grande Vitória

Ib - Área de Influência de Vitória

REGIÃO II - Cachoeiro do Itapemirim

REGIÃO III - Bom Jesus do Itabapoana

REGIÃO IV - Colatina

REGIÃO V - Nanuque

2.3.2. A PASSAGEM PARA A ECONOMIA URBANA MODERNA E A REDE URBANA EM 1985

O período de monocultura do café conformava um quadro de população predominantemente rural e uma economia urbana débil, com algumas indústrias de gêneros tradicionais (alimento, madeira, bebidas, etc.) e um terciário pouco especializado, que tinha como dinâmica maior a comercialização do café.

A desestruturação desse modelo e a posterior entrada da indústria de grande porte, do capital agro-industrial e do capital agrário marca a modernização definitiva da economia do Estado e sua integração de fato à dinâmica da acumulação do capital nacional. Isso conformará, para 1985, uma rede urbana bem diferenciada daquela de 1968, não só no que se refere às cidades regionais e suas bacias, bem como na mudança de funções de inúmeras pequenas cidades e de alguns centros importantes, inclusive da área central.

Observe-se, então, mais detalhadamente, o processo pelo qual se deu a modernização da economia.

Em primeiro lugar, o setor primário não apenas perdeu importância, em termos de geração de renda (em 1960 o setor primário respondia por 49% da renda gerada e por 68% dos empregos, em 1980 esses dados são, respectivamente, 10% e 35%), mas passa por transformações internas importantes.

Se na década de 60 o café predominava indiscriminadamente por todo o Estado (exceto litoral Sul e extremo Norte) hoje há uma nítida especialização do espaço.

Tem-se hoje, o seguinte quadro: o extremo Norte, especializado em pecuária de corte, o extremo Sul, em pecuária leiteira, a região central, próxima à Grande Vitória, com tendências a especializar-se em olericultura e o litoral Norte bem mais diversificado, que é área de penetração das

culturas ligadas à indústria moderna, cana e eucalipto. O eucalipto como matéria-prima para a Aracruz Celulose e carvão vegetal destinado às siderúrgicas mineiras, e a cana dentro do programa de expansão do Prô-Alcool. Essa região apresenta ainda área de grandes fazendas de pecuária e cacau, e de culturas modernas como pimenta-do-reino, mamão, etc., altamente rentáveis, produzidas sob relações tipicamente capitalistas, ou seja, o assalariado.

Essa é a região onde as transformações são mais marcantes com alto índice de concentração da terra, tendo se constituído aí um mercado de trabalho típico dessas culturas, ou seja, com base no trabalhador temporário, o que se reflete no surgimento de um grande número de povoados de bôias-frias ao longo da BR-101 e na *inchação* da cidade de São Mateus como será visto adiante.

Três momentos são específicos no processo que consolidou essa nova agricultura. O primeiro foi a erradicação dos cafezais e sua substituição pela pecuária, acompanhado de forte êxodo rural (tanto para a Grande Vitória como para fora do Estado), concentração da propriedade e da consolidação do capital agrário.

A região central, próxima à Vitória, resistiu a essa mudança graças à alternativa olerícola que tinha, com o crescimento urbano da capital, um mercado em expansão.

O segundo momento é a entrada do capital agro-industrial (na região ao longo da BR-101-Norte) através do eucalipto e da cana, e do capital agrário, através de culturas como a pimenta-do-reino, mamão, produzidas não pela relação tradicional no Estado, ou seja, mão-de-obra familiar, mas sim pelo assalariado temporário. Trata-se de forma de produção tipicamente capitalista onde o objetivo da unidade produtiva não é mais a reprodução simples da família e do parceiro, e sim a acumulação.

O terceiro momento é marcado pelo replantio do café, principalmente a partir de 1975, e já em 1980 o número de cafeeiros existentes no Espírito

to Santo se equipara novamente ao existente em 1960 (antes da erradicação), e assume hoje novamente importância significativa na agricultura do Espírito Santo. Nas pequenas propriedades que resistiram ao processo de concentração, o café é hoje novamente a principal fonte de renda.

A mudança principal é que grande parte do café é hoje cultivado em grandes fazendas, onde a relação de trabalho predominante é o assalariado temporário.

Portanto, a agricultura apresenta hoje, características bem distintas daquela da década de 60. Destacam-se:

- a) A concentração da propriedade que se dá em favor dos estabelecimentos acima de 500ha e em detrimento dos menores que 100ha. A área destes últimos cai de 54,7%, em 1960, para 40,2% em 1980, e os maiores que 500ha passam de 13,8% de área em 1960 para 26,4%, em 1980.
- b) Mudanças na relação de produção.

Apesar de ainda predominar relações de produção não capitalistas, ou seja, mão-de-obra familiar e parceria, o que se observa é uma tendência, desde os anos 60, à diminuição desse tipo de relação em prol do assalariamento, tanto permanente quanto temporário. Especialmente este último, cresce muito nos anos recentes (depois de 80).

Há entretanto, um aumento significativo da parceria a partir de 1975, o que é explicado pelo replantio do café nas pequenas e médias propriedades. As grandes propriedades produtoras de café estão utilizando o assalariado temporário.

Os assalariados, em 1980, já constituíam 28,3% da força de trabalho agrícola enquanto em 1970 era de apenas 12%.

O que se quer ressaltar aqui é a constituição efetiva do mercado de trabalho agrícola. Já claramente definido na região da agricultura

moderna (eucalipto, cana) e da pecuária, e difuso pelo restante do Estado, onde há uma conjugação das relações tradicionais com o assalariado. São poucas as cidades do interior, onde não existem trabalhadores que vivem quase exclusivamente do trabalho agrícola.

c) Especialização do espaço e da propriedade.

Hoje é claramente distinguível regiões de pecuária, café, cana, eucalipto, etc., e como dinâmica própria da propriedade capitalista a produção é especializada. Não mais a propriedade que tinha no café a única fonte de renda monetária e produzia todas as demais culturas de subsistência.

d) As pequenas propriedades (que ainda detêm parcela importante da área) têm como fonte de renda principal, dependendo da região, o café, a olericultura (conjugada ao café) ou a mandioca, porém estão totalmente integradas ao mercado. Por um lado, é necessário usar adubos e defensivos dado o esgotamento do solo e, por outro lado, a produção destinada ao mercado é proporcionalmente maior.

e) Aumento da produtividade tanto das culturas tradicionais, como o café (que passa de 0,6ton./ha em média no triênio 75/77 para 1,2ton./ha no triênio 81/83), quanto das culturas modernas, como a cana, que passa de 31ton./ha, no triênio 75/77, para 50ton./ha, no triênio 81/83.

As observações acima mostram a modernização do setor agrícola. No entanto, é o capital industrial que vai assumir agora o papel hegemônico. E essa é a diferença fundamental. A articulação da economia não é mais dada pelo capital mercantil-exportador de café mas pelo capital industrial aliado ao capital agro-industrial e agrário.

Se a instalação das indústrias de grande porte é um marco fundamental da mudança verificada, o que se observa é um crescimento genérico da indústria no Estado.

Aliado ao aparecimento de gêneros novos e diversificação da estrutura industrial verifica-se ainda uma modernização dos gêneros tradicionais.

A indústria de produtos alimentares, apesar de ainda ser importante em termos de geração de valor, não tem mais sua importância quase que exclusivamente sobre o beneficiamento do café como ocorria nos anos 60. Ganham importância significativa os laticínios, frigoríficos e produtos derivados do cacau.

Resta chamar a atenção para o fato de que a entrada em operação da CST, no início dos anos 80 e das usinas de álcool (que estão quase todas duplicando capacidade), conforma um quadro que só tende a reforçar a tendência já expressa na evolução 70/80, ou seja, perda de importância dos gêneros tradicionais e diversificação da estrutura industrial.

Por último, nesse processo de modernização por que passou a economia, vale ressaltar a presença, no Estado, das grandes lojas nacionais de Departamento, das cadeias nacionais de supermercados e dos grandes bancos, presentes em quase todas as cidades do interior. Ou seja, o grande capital nacional está presente no Estado em todos os setores e isso coloca a economia estadual imbricada com a dinâmica da economia nacional e necessariamente rearticula seu espaço interno.

As possibilidades de acumulação, até os anos 60, eram dadas, por um lado, pela possibilidade de expansão/aumento de produtividade da produção cafeeira e, por outro, pelas condições internacionais do preço do café. Vale dizer, se o principal produto era produzido a partir de relações não capitalistas e a acumulação se dava via comercialização, o capital mercantil-exportador seria o hegemônico. Porém, esse capital não tinha poderes de, por um lado, influenciar diretamente o aumento da produção e, por outro, de determinar preços. Sua reprodução ia mais ou menos a reboque dessas condições. A subordinação da produção ao capital é, portanto, indireta e, ao mesmo tempo, esse capital não tem autonomia para reproduzir-se ampliamente modificando as condições existentes, seja do ponto de vista da produção e das relações de produção, seja da forma como esses fatores se conjugam no espaço.

Assim, ao expandir-se a produção cafeeira (e na maioria das vezes se fazia via ocupação de fronteiras e não por aumento de produtividade) o espaço expandia-se reproduzia-se, de forma homogênea, seja pela reafirmação de suas funções, seja pela incorporação de novos espaços com funções semelhantes.

Diferente, porém, será a forma como o novo capital hegemônico, o industrial, atuará. Aqui, o capital domina diretamente a produção e tem autonomia de reproduzir-se. E, ao reproduzir-se, agirá sobre o espaço dado (com suas estruturas existentes - cidades, estrutura fundiária, produção, relação de produção, infra-estrutura, sistema viário, etc.), transformando-o, e transformando-o pela diferenciação, ou seja, o espaço se especializa em termos de produção e função. Mas, por outro lado, se homogeneiza, não mais no sentido de produção e funções únicas, mas, sim, no sentido de que todo o espaço é agora locus de reprodução e consumo do capital. Homogeneiza-se no sentido das relações capitalistas.

É a partir daí que se pode entender as mudanças que ocorreram na rede urbana, produto do jogo combinado das duas estruturas (de produção e de consumo) que determinarão uma nova estrutura espacial.

2.3.2.1. A REDE URBANA DE 1985 E SUAS REGIÕES

A rede urbana atual está em consonância direta com as necessidades de reprodução da economia modernizada, agora sob a hegemonia do grande capital. Nesse sentido, trata-se de uma rede já claramente diferenciada e não mais homogênea como a de 1968.

Por um lado, têm-se a consolidação da Grande Vitória como centro industrial e de serviços especialiados, que amplia sua área de influência direta, e o surgimento de centros importantes como São Mateus e Linhares ao Norte (que até 68 não passavam de cidades locais) como as mudanças mais marcantes. Por outro lado, há toda uma reestruturação das áreas internas das regiões de Cachoeiro de Itapemirim e Colatina que se reafirmam como cidades regionais, porém em condições já bem diferentes.

Observe-se o que acontece, detalhadamente, em cada uma dessas regiões.

REGIÃO DA ÁREA CENTRAL

Essa região foi o locus, por excelência, dos grandes investimentos industriais (Aracruz Celulose, CST, Samarco, Usinas de Pelotização da CVRD), e de construção/ampliação de portos. Essa centralização dos investimentos exigiu a formação rápida de um amplo mercado de trabalho que, aliado às condições de decadência da agricultura, transformaria Vitória e seus municípios limítrofes na direção preferencial dos fluxos megratórios.

Assim, há uma conurbação entre a capital e esses municípios formando o que hoje se chama de Grande Vitória.

Não se trata mais da cidade de Vitória que, exercendo funções administrativas e portuárias e com uma indústria incipiente de pequeno porte (basicamente metalurgia, alimentos e outros gêneros tradicionais - papel e papão, confecções, bebidas, etc.) e de capital local acabava por polarizar, via prestação de serviços especializados, e pelas suas funções administrativas e portuárias e mantinha ligações débeis com a economia nacional.

Agora, o que se tem é um espaço com características de área metropolitana e cuja reprodução é a reprodução do grande capital aqui instalado.

Sua reprodução se dá sempre no sentido da especialização e diversificação. É aqui que se localiza o grande comércio, os serviços especializados, etc., e não sobrarão espaço para outras cidades exercerem funções semelhantes. Assim, como será visto adiante, às cidades regionais já existentes e às que aparecem nesse período caberão funções claramente distintas e integradas (não competitivas) com a área central.

Por outro lado, por tratar-se de um espaço já metropolitano, sua área física próxima sofre influências diferentes daquela da cidade ainda basicamente administrativa e portuária de 1968.

Com efeito, ao serem examinadas as duas redes, o que se constata é que, por um lado, a área de influência direta da região central expande-se. Isto significa que, num raio determinado, não existe espaço senão para algumas cidades locais que inclusive mudam a direção da sua polarização em função do novo sistema viário que agora converge para a Grande Vitória, não mais no sentido do eixo viário antigo, baseado nas duas ferrovias (Leopoldina e Vitória-Minas) que faziam a integração do local de produção (café e minério) com o porto.

O eixo viário, agora formado pelas BR-101 e BR-262, liga Vitória aos demais centros do País e sua ligação com o restante do Estado se dá a partir desses eixos o que muda, radicalmente, a configuração do sistema viário estadual. Em 68, ele ainda se apresentava sob a forma de forquilha: várias estradas que desembocavam na ferrovia através de Cachoeiro e Colatina. Note-se que, apesar do transporte ferroviário já ter perdido importância para o rodoviário nessa época, o sistema viário de então ainda era formado a partir dos eixos ferroviários. Em 85, no entanto, o sistema viário é todo redirecionado e se apresenta em perpendiculares aos dois eixos rodoviários.

E é através desses eixos que a área central se expande. Essa expansão se dá sem que haja necessidade de uma conurbação do espaço, ou seja, todo o capital aqui instalado (na Grande Vitória) necessita de uma ampliação do seu mercado potencial, o que viabiliza sua reprodução.

Dessa forma, inibe-se a criação, nas áreas de influência do espaço central, de uma série de comércio e serviços, o que reforça o ciclo concentrador em benefício da área central.

O papel dos meios de comunicação (não são estradas) é exatamente esse, viabilizar mercados em áreas onde, pelas peculiaridades e necessidades da produção, não pode ser generalizado o binômio - produção/consumo num mesmo espaço.

No caso das estradas, elas ligam, via de regra, dois ou mais pontos de importância distintas, o que significa que existe sempre um sentido específico dos fluxos.

E, ao expandir-se, a área central não só limite e muda funções das cidades já existentes, mas expande suas próprias funções para um espaço descontínuo - é o caso da cidade de Linhares.

A cidade de Linhares, em 1968, não passava de uma cidade local, cuja economia, baseada na produção de cacau, café e indústria madeireira, não lhe proporcionava autonomia de reprodução, nem lhe conferia funções mais especializadas que a oferta de bens e serviços essenciais, tais como, comércio de primeira necessidade, saúde, educação, etc. O cacau era exportado diretamente por Vitória ficando já grande parte do excedente e o café era comercializado via Colatina.

Com a entrada do grande capital agro-industrial e agrário, ao longo da BR-101 Norte, Linhares passa a oferecer comércio e serviços sofisticados, cujo mercado não é exatamente o do seu entorno mas, sim, o grande capital localizado ao norte do Estado. Ou seja, há uma transferência de certos serviços e bens só possíveis na área central para Linhares, em virtude do mercado existente ao norte. Nesse sentido, Linhares ganha autonomia de reprodução, em relação ao seu espaço contíguo, embora esse, pelo fato de ter se modernizado e constituir-se de atividades dinâmicas e rentáveis (inclusive petróleo), venha reforçar a dinâmica da cidade. Observe-se que não se trata de uma cidade regional, pois não articula nenhuma rede de cidades importantes (quase todas são centros de bacias-frias) e nem tem papel fundamental na intermediação dos produtos agrícolas de seu entorno rural. Sua dinâmica é dada pelo mercado criado de bens e serviços especializados pelo grande capital que ultrapassa sua área de influência direta.

Toda a região ao norte da Grande Vitória tende a integrar-se via mudanças modernizantes da estrutura produtiva. A região da cidade de Aracruz

já está consolidada, já que gira toda em torno da fábrica de celulose e das plantações de eucalipto.

As cidades de Ibirajú e João Neiva, que ainda mantêm uma certa dependência de seu entorno rural, tendem a ver modificadas totalmente sua dinâmica já que é previsível para esse espaço especializar-se em produção de ferro-gusa. Já existe uma metalúrgica instalada e outras em projeto de instalação. O espaço é propício, pois trata-se de entroncamento ferroviário/rodoviário favorável ao transporte de matéria-prima e escoamento da produção. Dessa forma, tendem a integrar-se efetivamente à dinâmica da área central.

Ao sul da Grande Vitória, a incorporação do espaço se dá via Guarapari, que não se constitui mais num simples balneário, mas já assume funções de cidade local polarizando as cidades de Anchieta e Piúma.

A relação dessa região articulada por Guarapari é bem diferente. Apesar de existir aí uma grande indústria de pelotização não há indícios de especialização desse espaço em termos de produção industrial, mas sim em termos turísticos. São que não mais como balneários e sim como parte turística da área central.

Bem diferente é a região serrana, a oeste, ao longo da BR-262. As cidades de Santa Tereza, Venda Nova e Afonso Cláudio têm sua dinâmica totalmente dependente da economia rural e sua ligação com a área central se dá no sentido de que esta é, ao mesmo tempo, mercado consumidor de seus produtos agrícolas e centro de ofertas de bens e serviços não encontrados nessas cidades, ou seja, o papel de cidade regional para esses aglomerados é exercido pela Grande Vitória, mais especificamente por Campo Grande que desenvolveu todo um comércio típico das necessidades dessa população funcionando, guardadas as devidas proporções, como espécie de *boca de sertão*.

Essas cidades tendem a reproduzir-se nesse nível já que nem mesmo a intermediação de importante parte de sua produção agrícola (a olivicultura)

é feita por elas. A única exceção é Venda Nova que além de ser um centro importante na intermediação do café começa a especializar-se em termos de comércio e serviços e tudo indica que passará a exercer o papel de cidades local para essa rede de pequenas cidades.

REGIÃO DE MANHUAÇU

As duas cidades polarizadas por Manhuaçu têm dinâmica totalmente diversa entre si e quase nenhuma relação de dependência mútua. Ibatiba é quase exclusivamente um centro de fixação de bóias-frias, enquanto Iúna e sua área de influência têm dinâmica a partir da produção cafeeira em pequenas propriedades com mão-de-obra familiar e parceria.

Ligavam-se antes a Cachoeiro de Itapemirim e hoje estão ligadas a Manhuaçu por uma maior facilidade de acesso (via BR-262) e pela longa distância da Grande Vitória. A medida que Venda Nova comece a especializar-se a ligação deverá reverter para esta cidade.

REGIÃO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

Cachoeiro de Itapemirim já exerceu o papel de articulação econômica do seu espaço de influência. Isso se dava basicamente via capital comercial. Com a substituição do café pela pecuária leiteira e a industrialização da cidade, a intermediação da produção agrícola passa para um papel secundário, pode-se dizer mesmo que desaparece, já que o leite, principal produto agrícola da região converge para Cachoeiro sim, mas via capital industrial (Laticínio Selita). Essa é, aliás, a única ligação efetiva com a sua região pelo lado da produção. A integração se fará fundamentalmente pelo lado da oferta de bens e serviços especializados, complementares às cidades locais da região.

Isso se explica pelo fato de que, na medida em que a base econômica da cidade de Cachoeiro é a produção industrial (cujo mercado não é o de sua região de influência) e a prestação de serviços, sua reprodução nada tem

de dependente da economia da região que polariza. É uma cidade com base própria de reprodução e, portanto, com tênue articulação com a rede urbana dessa área.

Por outro lado, por tratar-se de um centro já bem especializado inibe o aparecimento de centros semelhantes no seu entorno e o espaço começa a especializar-se. Assim, das quatro cidades locais existentes, duas giram fundamentalmente em torno da intermediação do café que retorna na década de 70, Guaçuí e Mimoso do Sul. Especialmente Guaçuí, quase que rouba essa função da cidade de Alegre que com a desestruturação da economia cafeeira acaba mudando radicalmente sua função, especializando-se em serviços. Quando o café retorna, Guaçuí é que irá exercer esse papel.

A cidade de Iconha, por seu lado, tem sua dinâmica dada em torno da intermediação da banana destinada ao mercado do Rio de Janeiro.

O que se verifica é que as cidades que se especializam (no sentido de diferenciação do centro regional) é que ganham condições de reproduzirem-se. Às demais, caberá o papel de centro de atendimento de necessidades básicas, isto é, cidades locais incompletas ou cidades embrionárias.

Por outro lado, não se caracteriza um processo de êxodo rural. Há uma estabilização da população rural e a absorção dessa pelas cidades próximas. Inclusive com o crescimento alto de algumas vilas, por exemplo, Itaoca e Camará.

Registra-se um processo recente, nessa região, de mudança de locus de habitação, isto é, de transferência para as cidades locais e embrionárias de proprietários rurais, parceiros e assalariados. É bem diferente, portanto, do processo anterior de êxodo rural que implicava em expulsão via desapropriação e desemprego. A mudança para o urbano, nesse processo não implica a necessidade de emprego já que os novos habitantes da cidade continuam ligados às atividades agrícolas. Isso torna as pequenas cidades não só capazes de absorvê-los como, também, o local ideal, já que proporciona um sistema de vida urbano.

por último, é importante observar que nessa região não existe ainda um mercado de trabalho rural constituído e, apesar da existência de trabalhadores assalariados permanentes e em menor escala do assalariado temporário não há tendência nesse sentido. O café retorna, na maioria das vezes, cultivado em regime de parceria.

REGIÃO DE BOM JESUS DE ITABAPOANA

A polarização dessas três cidades por Bom Jesus de Itabapoana vem desde a época da penetração do café nessa região, e não foi rompida, nem mesmo com expansão de Cachoeiro, como centro regional. Isso se explica pelas próprias características que Cachoeiro assumiu, articulando a sua influência via oferta de bens e serviços. A existência de centros mais próximos e de fácil acesso que supram essas necessidades carrearão os fluxos. E mesmo a produção leiteira é escoada por Bom Jesus de Itabapoana. Portanto, São José do Calçado, Bom Jesus do Norte e Apiacã embora de base econômica semelhante (pecuária leiteira) nenhuma ligação tem com o Centro Regional do Sul (Cachoeiro) e nada indica que essa articulação com Bom Jesus de Itabapoana será rompida.

REGIÃO DE COLATINA

Colatina, ao contrário de Cachoeiro, pode ser considerada uma cidade regional clássica, isto é, é o centro que efetivamente articula a produção do espaço econômico sob sua influência e dele depende fundamentalmente para reproduzir-se enquanto Centro Regional.

Essa integração se dá, por um lado, via capital comercial que domina a comercialização do café de toda a região e por outro lado, via capital industrial que domina a produção de carne (os dois principais produtos da região).

Essa centralização tanto da comercialização quanto da industrialização desses produtos por Colatina faz com que fique retido a grande parte

do excedente e isso lhe dá dinâmica de reprodução e diversificação mas não a torna autônoma em relação a seu entorno agrícola. É bem diferente, portanto, da forma como Cachoeiro faz a articulação da sua região. Cachoeiro é uma cidade basicamente industrial e, à exceção dos laticínios e do mármore (caso específico), nada tem a ver com a produção primária da sua região, ou melhor, dos dois principais produtos daquela região (o leite e o café), somente o leite é canalizado para Cachoeiro. Mas o laticínio é uma indústria a mais em seu parque industrial já bem diversificado.

Na comparação com a rede de 1968, observa-se que Colatina não perdeu nenhuma área que fosse de seu domínio econômico, isto é, não houve uma desestruturação da dinâmica da região. Mas, sim, começou a delinear-se tendências claras de sub-especialização de funções dos centros maiores da região. O que se observa é uma nítida sub-divisão de funções entre Colatina, Nova Venécia e São Gabriel da Palha.

Nova Venécia domina a industrialização do leite e de suínos da região (mercado em que Colatina não está presente) e São Gabriel da Palha faz a primeira intermediação do café de alguns municípios, mas ainda totalmente subordinada a Colatina.

Assim, esses dois centros ganham condições de retenção de parcela do excedente da produção da região mas não perdem sua subordinação ao centro regional.

REGIÃO DE MANTENA

As cidades que formam essa rede, se ligam a Mantena apenas como centro que exerce as funções de oferta de bens e serviços a nível de cidade regional. Isso se dá pela maior proximidade com essa cidade. No que se refere à sua produção econômica, pecuária e café, a subordinação se dá totalmente com Colatina.

Barra de São Francisco, que já exerce função de cidade local para o seu entorno e por reter parte significativa do excedente da produção de arroz, tende a ganhar dinâmica e especializar-se e conformar-se como cidade local para essa rede de pequenas cidades. Nesse nível Mantena não cumpriria mais o papel de complementar as funções dessa região e a ligação se faria com a cidade de Colatina a nível regional como já ocorre hoje.

REGIÃO DE NANUQUE

Essa região tem na pecuária a atividade econômica básica. Por tratar-se de grandes propriedades que trabalham com o assalariado permanente, suas cidades têm pouca integração com o espaço agrícola e se apresentam com poucas especializações.

A cidade de Montanha assume funções de cidade local para essa pequena rede de cidades, e serve ainda como ponto de primeira intermediação da carne que tem como destino vários locais: Nanuque, Bahia, Colatina e Vitória. Nesse sentido, não tem muita ligação com Colatina no que se refere a subordinação econômica. Os frigoríficos de Colatina não monopolizam a comercialização da produção desse espaço.

Está situada na fronteira da agricultura capitalista moderna e a penetração do capital agrário via cultura da cana deve acontecer, já que, por tratar-se de grandes fazendas de pecuária, nenhuma resistência oferece.

De qualquer forma, a tendência é de constituir-se em mercado de trabalho, com base no assalariado temporário e de integração na dinâmica da região de São Mateus. A polarização para consumo pode continuar por Nanuque.

REGIÃO DE SÃO MATEUS

Essa era uma região basicamente de economia de subsistência sem muita integração com a dinâmica da economia cafeeira. Isto facilitou a penetração do capital agrário e industrial que a modifica radicalmente e num curto espaço de tempo.

As culturas da cana e do eucalipto e as usinas de álcool que aí se instalaram passaram a demandar uma massa de trabalhadores que não se constitui apenas de ex-proprietários e parceiros desapropriados. Atraiu população, principalmente do sul da Bahia que se fixaram tanto em São Mateus, como fizeram nascer uma série de pequenos povoados que outra função não têm que servirem de moradia para os *bóias-frias*.

As cidades dessa região são basicamente locais de moradia para trabalhadores rurais.

A São Mateus, que é uma cidade de formação antiga, cabe não só esse papel como o de oferecer uma série de serviços demandados pela classe dos assalariados de alta renda das empresas que aí se instalaram apesar de ser numericamente pequena, constitui um mercado de consumo de bens e serviços especializados. Além dos assalariados de alta renda, atende também à classe dos proprietários rurais.

E à medida que se especializa em funções do chamado circuito superior vai criando as condições para reproduzir-se como tal e polarizar toda a região que gravita em torno do capital agro-industrial e agrário.

A reprodução dessas cidades e em especial da cidade de São Mateus está imbricada com a forma como se reproduz o capital agro-industrial. Por um lado, concentra a propriedade da terra e cria um mercado de trabalho assalariado de baixa renda e, por outro lado, gera emprego para um pequeno número de funcionários altamente especializados e remunerados.

E é esse o perfil da cidade de São Mateus, uma grande massa de *bóias-frias* e uma *classe média* de alta renda que viabiliza tanto o comércio popular quanto o comércio e certos serviços especializados.

Essas cidades não têm, portanto, nenhuma dinâmica própria de reprodução no que diz respeito à geração de valor. O excedente retido se dá via consumo dos assalariados que viabiliza a reprodução do capital comercial e do terciário.

Por outro lado, tende a incorporar espaços limítrofes, principalmente a sudoeste (Montanha, Mucurici, Pinheiros) o que só virá fortalecer o papel de São Mateus como cidade regional.

REDE URBANA - 1985
 ESPÍRITO SANTO

| ÁREA CENTRAL | CIDADE REGIONAL COMPLETA | CIDADE REGIONAL INCOMPLETA | CIDADE LOCAL COMPLETA | CIDADE LOCAL INCOMPLETA | CIDADE EMBRIONÁRIA |
|----------------|--------------------------|----------------------------|-----------------------|-------------------------|--|
| Grande Vitória | Linhares | | | | Farias Povoação e Regência |
| | | | | | Bebedouro |
| | | | | Córrego D'Água | São Jorge do Tiradentes |
| | | | | Rio Bananal | |
| | | | | | Fundão Praia Grande Timbuí Santa Cruz |
| | | | | Alfredo Chaves | Sagrada Família |
| | | | | Domingos Martins | Araguaia Marechal Floriano Parajú |
| | | | | Santa Leopoldina | Caramuru |
| | | | | Stª Maria Jetibá | Garrafão |

Continua

Continuação

REDE URBANA - 1985
ESPIRITO SANTO

| ÁREA CENTRAL | CIDADE REGIONAL COMPLETA | CIDADE REGIONAL INCOMPLETA | CIDADE LOCAL COMPLETA | CIDADE LOCAL INCOMPLETA | CIDADE EMBRIONÁRIA | |
|----------------|--------------------------|----------------------------|-----------------------|-------------------------|---|---|
| Grande Vitória | | | Afonso Cláudio | Santa Tereza | Fazenda Guandu São Francisco Serra Pelada | |
| | | | | Laranja da Terra | | |
| | | | Aracruz | | | Barra do Riacho |
| | | | Guarapari | | Anchieta Piuma | |
| | | | João Neiva | | Ibiraçu | |
| | | | Venda Nova | | Conceição do Castelo | São João de Viçosa São José da Freuteira |

Continuação

REDE URBANA - 1985

ESPÍRITO SANTO

| ÁREA CENTRAL | CIDADE REGIONAL COMPLETA | CIDADE REGIONAL INCOMPLETA | CIDADE LOCAL COMPLETA | CIDADE LOCAL INCOMPLETA | CIDADE EMBRIONÁRIA |
|----------------|--------------------------|----------------------------|-----------------------|-----------------------------|---|
| Grande Vitória | Cachoeiro de Itapemirim | | | | Atílio Vivácqua Camará Jaciguá Itaoca Rio Muqui São José das Torres Vargem Alta |
| | | | | Itapemirim | Graúna Itaipava |
| | | | | Muqui Presidente Kennedy | Jaqueira Santo Eduardo |
| | | | | Rio Novo do Sul | |
| | | | Alegre | Muniz Freire | Anutiba Araraí Jerônimo Monteiro Menino Jesus Piaçu |

Continua

Continuação
 REDE URBANA - 1985
 ESPÍRITO SANTO

| ÁREA CENTRAL | CIDAE REGIONAL COMPLETA | CIDADE REGIONAL INCOMPLETA | CIDADE LOCAL COMPLETA | CIDADE LOCAL INCOMPLETA | CIDADE EMBRIONÁRIA |
|----------------|-------------------------|----------------------------|-----------------------|--|---|
| Grande Vitória | Cachoeiro de Itapemirim | | Castelo | | Conduru Estrela do Norte |
| | | | Guaçuí | | Celina Divino São Lourenço Dores do Rio Preto Ibitirama |
| | | Iconha | | Bom Destino Duas Barras | |
| | | Mimoso do Sul | | Conceição do Muqui Santo Antônio do Muqui São José das Torres São Pedro de Itabapoana | |
| | Colatina | | | | Acioli Graça Aranha Monte Sinai Novo Brasil São Domingos São Roque |
| | | | | Itaguaçu | Itaçu Itaímbé |
| | | | | Itarana | |

Continua

Continuação

REDE URBANA - 1985

ESPIRITO SANTO

| ÁREA CENTRAL | CIDADE REGIONAL COMPLETA | CIDADE REGIONAL INCOMPLETA | CIDADE LOCAL COMPLETA | CIDADE LOCAL INCOMPLETA | CIDADE EMBRIONÁRIA |
|----------------|--------------------------|----------------------------|-----------------------|---------------------------------|---|
| Grande Vitória | Colatina | | Baixo Guandú | Marilândia | São Rafael Ibituba Sobreiro |
| | | | Nova Venécia | Boa Esperança Córrego Grande | Cristalino Nestor Gomes Santo Antônio do Quinze São José da Barra Seca Santa Maria Sobradinho Praça Rica Todos os Santos |
| | | | Pancas | Alto Rio Novo | Laginha Vila Verde |
| | | | São Gabriel da Palha | | Águia Branca Fartura São Roque da Terra Roxa Valério |

Continua

Continuação

REDE URBANA - 1985
ESPIRITO SANTO

| ÁREA CENTRAL | CIDADE REGIONAL COMPLETA | CIDADE REGIONAL INCOMPLETA | CIDADE LOCAL COMPLETA | CIDADE LOCAL INCOMPLETA | CIDADE EMBRIONÁRIA |
|----------------|--------------------------|----------------------------|--------------------------------|---|--|
| Grande Vitória | | São Mateus | Pedro Canário | Conceição da Barra Jaguaré | Braço do Rio Itaúnas Sayonara |
| | | | | | Cristal |
| | | | Bom Jesus de Itabapoana (R.J.) | Apiacá Bom Jesus do Norte São José do Calçado | Ponte de Itabapoana Alto Calçado Bom Sucesso |
| | Manhuaçu (M.G.) | | | Ibatiba Iuna | Pequiá Irupí Santíssima Trindade |

Continua

Continuação

REDE URBANA - 1985

ESPIRITO SANTO

| AREA CENTRAL | CIDADE REGIONAL COMPLETA | CIDADE REGIONAL INCOMPLETA | CIDADE LOCAL COMPLETA | CIDADE LOCAL INCOMPLETA | CIDADE EMBRIONÁRIA |
|--------------|--------------------------|----------------------------|--------------------------|-------------------------|--|
| | Mantena (M.G.) | | Barra de S. Francisco | Mantenópolis | Santa Luzia de Manteno polis. São Geraldo |
| | | | | | Boa Vista Cedrolândia Gov. Lacerda de Aguiar |
| | | | | | Guararema Monte Senir Paulista Santo Antônio Vargem Alegre |
| | | | | Água Doce | Bom Destino Santa Luzia do Azul Santo Agostinho Vila Nelita |
| | Nanuque (M.G.) | | Ecoporanga | | Imburama Joaçuba Santa Terezinha |
| | | | Montanha | Vinhático | Itabaiana Itamira Mucurici Ponto Belo São Sebastião do Norte |

REDE URBANA - 1985

REGIÃO I - Área Central

Ia - Grande Vitória

Ib - Área de Influência da Grande Vitória

REGIÃO II - Cachoeiro do Itapemirim

REGIÃO III - Bom Jesus do Itabapoana

REGIÃO IV - Manhuaçu

REGIÃO V - Colatina

REGIÃO VI - Mantena

REGIÃO VII - Nanuque

REGIÃO VIII - São Mateus

2.3.3. A CONSOLIDAÇÃO DA ECONOMIA MODERNA E A REDE URBANA EM 2010

A lógica de reprodução da economia hoje consolidada aponta para uma reestruturação espacial onde se destaca:

- a) a expansão física da área central, conurbana com aglomerados próximos, o surgimento de áreas com funções de ponta de área central (o que já se delineia para a cidade de Linhares) ao mesmo tempo em que essa expansão inibe o crescimento de uma série de outros aglomerados que terão no máximo função de cidades locais incompletas. Ou seja, a proximidade ao grande centro faz com que esses aglomerados percam funções.
- b) a expansão, na região, da hegemonia do capital agro-industrial, até então restrito ao litoral Norte, com a consequente consolidação da cidade de São Mateus como cidade regional.

Essas seriam as mudanças mais gerais e significativas em termos de rede urbana. As outras duas regiões (a de influência de Cachoeiro de Itapemirim e de Colatina) sofrerão mudanças importantes, mas internas. Ou seja, com a consequente autonomia de reprodução da cidade de Colatina e a manutenção da mesma condição pela cidade de Cachoeiro de Itapemirim, o que acontecerá é sua especialização cada vez maior, levando a uma redefinição de funções dos demais aglomerados. Não se prevê, portanto, mudanças mais significativas na estrutura produtiva dessas regiões o que leva a uma consolidação da situação atual, de reafirmação e constante especialização das funções das cidades regionais de Cachoeiro de Itapemirim e Colatina. Entretanto, a rede de aglomerados articulados por essas cidades passarão por mudanças importantes. Em primeiro lugar, tanto na região de Colatina, quanto na região de Cachoeiro, haverão uma crescente especialização do espaço. Isso significa que uma série de aglomerados que em 85 ainda mantinham funções de cidades locais perderão essas funções. (Ver mapa).

REDE URBANA - 2010
 ESPÍRITO SANTO

| ÁREA CENTRAL | CIDADE REGIONAL COMPLETA | CIDADE REGIONAL INCOMPLETA | CIDADE LOCAL COMPLETA | CIDADE LOCAL INCOMPLETA |
|---|-----------------------------|-------------------------------|--------------------------|---|
| Linhares Grande Vitória | | | | Bebedouro Córrego D'Água Rio Bananal Alfredo Chaves Anchieta Aracruz Domingos Martins Guarapari Ibirapu Iconha João Neiva Piuma Santa Leopoldina Santa Maria de Jetibá Santa Tereza Afonso Cláudio Conceição do Castelo Ibatiba Iúna Irupi Laranja da Terra |
| | | | Venda Nova | |

Continua

Continuação

REDE URBANA - 2010

ESPIRITO SANTO

| ÁREA CENTRAL | CIDADE REGIONAL COMPLETA | CIDADE REGIONAL INCOMPLETA | CIDADE LOCAL COMPLETA | CIDADE LOCAL INCOMPLETA |
|----------------|--------------------------|----------------------------|-------------------------------------|--|
| Grande Vitória | Cachoeiro de Itapemirim | | | Castelo Itapemirim Mimoso do Sul Muqui Presidente Kennedy Rio Novo do Sul |
| | | | Guaçuí | Alegre Muniz Freire |
| | Colatina | | Barra S. Francisco | Baixo Guandu Itaguaçu Itarana Mantenópolis Marilândia Pancas Água Doce Ecoporanga |
| | | | Nova Venécia S. Gabriel da Palha | Boa Esperança Córrego Grande |

Continuação

REDE URBANA - 2010

ESPIRITO SANTO

| ÁREA CENTRAL | CIDADE REGIONAL COMPLETA | CIDADE REGIONAL INCOMPLETA | CIDADE LOCAL COMPLETA | CIDADE LOCAL INCOMPLETA |
|----------------|--------------------------|----------------------------|--------------------------------|---|
| Grande Vitória | | São Mateus | | Conceição da Barra Jaguaré Montanha Pedro Canário Pinheiro Vinhático |
| | | | Bom Jesus de Itabapoana (R.J.) | Apiacá Bom Jesus do Norte São José do Calçado |

Obs.: As cidades embrionárias não foram listadas, mas aparecem no mapa.

REDE URBANA - 2010

REGIÃO I - Área central

Ia - Grande Vitória

Ib - Área de Influência da Grande Vitória

REGIÃO II - Cachoeiro do Itapemirim

REGIÃO III - Bom Jesus do Itabapoana

REGIÃO IV - Colatina

REGIÃO V - São Mateus

2.3.4. INSTRUMENTOS UTILIZADOS

A análise precedente constitui uma síntese, elaborada a partir de várias informações, a nível de aglomerado e de município, que não ficam explícitas no texto. Isso porque discorrer sobre os vários cruzamentos e inter-relações feitas a partir dessas informações e a forma como foram articuladas para se chegar ao entendimento da dinâmica de cada região e em especial do papel do urbano, tornaria o texto por demais enfadonho, além de fugir do objetivo deste trabalho, qual seja, fazer a projeção de população para os aglomerados urbanos.

No entanto, uma vez que a análise individualizada de cada aglomerado pode ser útil para outros objetivos, serão apresentados, a seguir, dados e informações qualitativas utilizadas.

Essas informações podem ser classificadas em dois grupos. As fichas analíticas, juntamente com os dados sobre estrutura fundiária, relações de produção, valor de produção por setores, PEA por setores, complexos agropecuários, sistema viário e as três armazões urbanas permitiram o entendimento das especificidades de cada espaço e sua articulação com o todo (no caso, o Estado do Espírito Santo).

Por outro lado, os índices de crescimento, as curvas de crescimento e a distribuição da população a nível de município permitem que se complete o entendimento do espaço no que diz respeito à relação entre o movimento e estrutura demográfica com as condições da economia.

A seguir serão apresentados os índices de crescimento, as curvas de crescimento, a participação da população das cidades e vilas no município, e os mapas utilizados.

As fichas analíticas constituem o volume II.

2.3.4.1. ÍNDICE DE CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO DOS DISTRITOS DO ESPÍRITO SANTO - 1970/1980.

$$I C = \frac{\text{Pop. 1980}}{\text{Pop. 1970} \times 1,2926} \quad \text{para o interior do Estado}$$

$$I C = \frac{\text{Pop. 1980}}{\text{Pop. 1970} \times 1,3309} \quad \text{para a Grande Vitória}$$

DISCUSSÃO DO INDICADOR

A comparação das populações de uma mesma localidade, em duas datas em sequência, deve considerar, para que esta comparação signifique um indicador de crescimento dessas comunidades, qual seria a população esperada para o período subsequente caso fossem essas populações fechadas, isto é, sem intercâmbios populacionais com o exterior, e o crescimento dependesse sempre da diferença entre nascimentos e mortes naquele espaço de referência (saldo vegetativo).

Uma população que não consiga reter seu crescimento vegetativo, embora numericamente esteja estável, é uma população que decresce e, em um tempo qualquer, verá diminuído efetivamente seus efetivos. Caso contrário, aquela que consegue, além de absorver seu próprio crescimento natural atrair populações de outras localidades, tende a crescer em proporções significativas.

Portanto, para que se pudesse calcular um índice de crescimento real, tornou-se necessário estimar-se qual teria sido o crescimento vegetativo destas comunidades, para que se comparasse com o crescimento verdadeiramente ocorrido. A inexistência de estatísticas vitais, com um mínimo de confiabilidade para estes locais, impede qualquer tentativa mais séria nesse sentido. Os únicos dados existentes, calculados de forma indireta, se referem ao interior do Estado como um todo e à Grande Vitória, também como um todo. Estes dados, - taxa de mortalidade geral e taxas de natalidade/fecundidade - foram estimados por ocasião das projeções demográficas da Grande Vitória, e representariam uma média geral das situações representadas.

SAI

Isto gera alguns problemas de comparação que serão ponderados quando da interpretação dos resultados, pelo estabelecimento de faixas de análise que absorvam os desvios significativos. A taxa de crescimento médio anual para o interior estaria ao redor de 2,6% ao ano e, na Grande Vitória, ao redor de 2,9%. Acumulando-se estes valores teríamos, respectivamente, 1,2926 e 1,3309 como taxas de crescimento esperado para a década.

INTERPRETAÇÃO DO ÍNDICE DE CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO

Conforme exposto anteriormente, qualquer população cujo crescimento real fosse igual à população original (1970) mais o crescimento vegetativo esperado, teria como índice de crescimento o valor unitário (1). Acima da unidade e, abaixo desta, toda uma gama de situações demográficas passa a existir e serão objeto de interpretações a seguir. Pode-se tomar, como ponto de referência, o caso em que a população se mantivesse com seus efetivos inalterados ou próximo disto, o que significaria a expulsão de todo o crescimento vegetativo, e teria como índice absoluto, no caso de distritos do interior - 0,7736. Em virtude da taxa de crescimento vegetativo estar representada por uma média, necessário se faz a criação de faixas de índices para efeito de interpretação, conforme já frizado. Seis situações demográficas ficam caracterizadas:

A - Esvaziamento Demográfico - I C até 0,5

Essa situação é caracterizada pela diminuição absoluta do efetivo inicial a níveis de pré extinção.

B - Decadência Demográfica - I C entre 0,5 e 0,7

Em geral esta fase reflete a decadência econômica das atividades que lhe estavam subordinadas e representa uma expulsão moderada dos efetivos populacionais já sedentarizados.

C - Estagnação Demográfica - I C entre 0,7 e 0,9

Esta fase é a mais complexa de todas, pois tanto pode significar um início de decadência, quanto uma transição econômica cujos reflexos na absorção populacional ainda não se deram. Praticamente significa que apenas o excedente populacional resultante do crescimento vegetativo está sendo expulso.

D - Estabilidade Demográfica - I C entre 0,9 e 1,1

Quando o distrito consegue manter, além de sua população original, o crescimento natural decorrente, sem conseguir se impor enquanto foco de atração migratória.

E - Atração Migratória - I C entre 1,1 e 1,5

Esse índice, mantido constante, representa dobrar a população em pouco mais de uma década, o que, apenas com o crescimento natural atual, levaria 30 anos, aproximadamente. Isto caracteriza uma situação de crescimento e vitalidade da economia local e tanto pode representar áreas novas como áreas estabilizadas de atração populacional.

F - Polarização Migratória - I C acima de 1,5

Afora áreas de atração recente e população inicial diminuta ou pouco expressiva onde a interpretação tem que se ater ao parâmetro anterior, este índice representaria áreas de crescimento polarizado e tem sido observado em períodos de consolidação de pólos regionais e áreas metropolitanas.

Essas interpretações são, evidentemente, provisórias, já que apenas uma série de dados superiores a 30, 40 anos permitiria aquilatar com relativa margem de segurança estas situações, já que, dez anos tomados nos seus extremos, não servem para caracterizar tendências. Na impossibilidade de se recuperar as histórias individuais do crescimento de cada distrito, uma série de cruzamentos deve ser feito para que se possa inferir alguma tendência. Por enquanto têm-se apenas tendências hipotéticas.

QUADRO 1

ÍNDICE DE CRESCIMENTO REAL DA POPULAÇÃO URBANA DO ESPÍRITO SANTO, SEGUN
DO OS DISTRITOS - 1970/1980.

ARMAÇÃO URBANA DE 1985 - REGIÃO Ia

| CIDADE/VILA | ÍNDICE DE CRESCIMENTO | CONVENÇÃO |
|--------------|-----------------------|-----------|
| Cariacica | 9,78 | F |
| Itaquari | 1,51 | F |
| Serra | 3,25 | F |
| Nova Almeida | 3,32 | F |
| Carapina | 17,89 | F |
| Queimado | 0,10 | A |
| Caloji | 10,41 | F |
| Viana | 10,41 | F |
| Araçatiba | 0,87 | C |
| Vila Velha | 1,31 | E |
| Argolas | 0,94 | D |
| Ibes | 2,34 | F |
| Jucu | 2,38 | F |
| São Torquato | 0,49 | A |
| Vitória | 1,03 | D |
| Goiabeiras | 3,22 | F |

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico do Espírito Santo - 1970.

_____. Censo Demográfico do Espírito Santo - 1980.

QUADRO 2

ÍNDICE DE CRESCIMENTO REAL DA POPULAÇÃO URBANA DO ESPÍRITO SANTO SEGUN
DO OS DISTRITOS - 1970/1980.

ARMAÇÃO URBANA DE 1985 - REGIÃO Ib

| CIDADE/VILA | ÍNDICE DE CRESCIMENTO | CONVENÇÃO |
|----------------------|-----------------------|-----------|
| Afonso Cláudio | 1,24 | E |
| Pontões | 0,54 | B |
| Piracema | 0,49 | A |
| Brejetuba | 0,94 | D |
| Ibicaba | 0,84 | C |
| Sobreiro | 0,69 | B |
| Joatuba | 0,70 | B |
| Laranja da Terra | 0,76 | C |
| Serra Pelada | 0,90 | C |
| Alfredo Chaves | 1,10 | D |
| Crubixã | 0,96 | D |
| Matilde | 0,48 | A |
| Urânia | 0,87 | C |
| Ribeirão do Cristo | 0,36 | A |
| Sagrada Família | 1,25 | E |
| Ibitirui | 0,85 | C |
| Anchieta | 2,16 | F |
| Iiritiba | 11,83 | F |
| Jabaquara | 0,95 | D |
| Aracruz | 1,94 | F |
| Graraná | 3,13 | F |
| Riacho | 2,90 | F |
| Santa Cruz | 6,42 | F |
| Conceição do Castelo | 1,01 | D |
| Venda Nova | 2,50 | F |

Continua

ÍNDICE DE CRESCIMENTO REAL DA POPULAÇÃO URBANA DO ESPÍRITO SANTO SEGUNDO
DO DISTRITOS - 1970/1980

ARMAÇÃO URBANA DE 1985 - REGIÃO Ib

| CIDADE/VILA | ÍNDICE DE CRESCIMENTO | CONVENÇÃO |
|-------------------|-----------------------|-----------|
| Domingos Martins | 1,17 | E |
| Santa Izabel | 1,03 | D |
| Marechal Floriano | 1,08 | D |
| Araguaia | 0,83 | C |
| Aracê | 2,34 | F |
| Parajú | 0,96 | D |
| Melgaço | 1,37 | E |
| Fundão | 1,22 | E |
| Timbuí | 1,06 | D |
| Guarapari | 2,21 | F |
| Rio Calçado | 0,12 | A |
| Todos os Santos | 0,37 | A |
| Ibiraçu | 1,43 | E |
| Pendanga | 0,51 | B |
| João Neiva | 1,22 | E |
| Acioli | 0,64 | B |
| Linhares | 1,63 | F |
| Desengano | 0,55 | B |
| São Rafael | 0,64 | B |
| Rio Bananal | 0,95 | D |
| Regência | 0,97 | D |
| Piúma | 1,35 | E |
| Aghá | 0,68 | B |
| Santa Leopoldina | 0,65 | B |
| Jetibá | 1,04 | D |
| Garrafão | 0,76 | C |
| Djalma Coutinho | 0,42 | A |

Continuação

ÍNDICE DE CRESCIMENTO REAL DA POPULAÇÃO URBANA DO ESPÍRITO SANTO SEGUN
DO OS DISTRITOS - 1970/1980.

ARMAÇÃO URBANA DE 1985 - REGIÃO Ib

| CIDADE/VILA | ÍNDICE DE CRESCIMENTO | CONVENÇÃO |
|------------------------|-----------------------|-----------|
| Mangaraí | 1,50 | E |
| Santa Tereza | 1,12 | E |
| Alto de Santa Maria | 0,89 | C |
| Santa Júlia | 0,53 | B |
| São João de Petrópolis | 2,34 | F |
| Vinte e Cinco de Julho | 1,89 | F |

Fonte: FIBGE . Censo Demográfico do Espírito Santo - 1970

_____ . Censo Demográfico do Espírito Santo - 1980

QUADRO 3

ÍNDICE DE CRESCIMENTO REAL DA POPULAÇÃO URBANA DO ESPÍRITO SANTO
SEGUNDO OS DISTRITOS - 1970/1980

ARMAÇÃO URBANA DE 1985 - REGIÃO II

| CIDADE/VILA | ÍNDICE DE CRESCIMENTO | CONVENÇÃO |
|--------------------------|-----------------------|------------|
| Alegre | 0,87 | C |
| Café | 1,03 | D |
| Celina | 0,71 | C |
| Ibitirama | 1,06 | D |
| Santa Marta | 0,89 | C |
| Araraí | 0,81 | C |
| Anutiba | 0,65 | B |
| Santa Angélica | 0,80 | C |
| Rive | 0,77 | C |
| Atílio Vivacqua | 0,96 | D |
| Cachoeiro do Itapemirim | 1,10 | D |
| Burarama | 0,66 | B |
| Conduru | 0,75 | C |
| Itaóca | 1,59 | F |
| Vargem Grande do Soturno | 0,64 | B |
| Pacotuba | 1,13 | E |
| Jaciguá | 0,96 | D |
| Vargem Alta | 0,68 | B |
| Castelo | 0,90 | C |
| Aracuí | 0,58 | B |
| Divino São Lourenço | 1,00 | D |
| Dores do Rio Preto | 1,58 | F |
| Guaçuí | 1,08 | D |
| São Pedro de Rates | 1,04 | D |
| São Thiago | 0,94 | D |
| Iconha | 1,26 | E |
| Duas Barras | 1,27 | E continua |

Continuação

ÍNDICE DE CRESCIMENTO REAL DA POPULAÇÃO URBANA DO ESPÍRITO SANTO SEGUN
DO OS DISTRITOS - 1970/1980.

ARMAÇÃO URBANA DE 1985 - REGIÃO II

| CIDADE/VILA | ÍNDICE DE CRESCIMENTO | CONVENÇÃO |
|-------------------------|-----------------------|-----------|
| Itapemirim | 1,03 | D |
| Itapecoã | 0,58 | B |
| Rio Muqui | 0,72 | C |
| Jerônimo Monteiro | 1,08 | D |
| Mimoso do Sul | 0,95 | D |
| São José das Torres | 0,96 | D |
| Dona América | 0,24 | A |
| Ponte Itabapoana | 0,88 | C |
| São Pedro de Itabapoana | 0,73 | C |
| Santo Antônio do Muqui | 1,36 | E |
| Conceição do Muqui | 1,34 | E |
| Muniz Freire | 0,96 | D |
| Itaici | 0,74 | C |
| Menino Jesus | 1,20 | E |
| Piaçu | 1,26 | E |
| Vieira Machado | 0,88 | C |
| Muqui | 0,90 | C |
| Camará | 1,11 | E |
| Presidente Kennedy | 1,56 | F |
| Rio Novo do Sul | 0,86 | C |
| Princesa | 0,41 | A |

Continua

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico do Espírito Santo - 1970

_____ . Censo Demográfico do Espírito Santo - 1980

QUADRO 4

ÍNDICE DE CRESCIMENTO REAL DA POPULAÇÃO URBANA DO ESPÍRITO SANTO SEGUN
DO OS DISTRITOS - 1970/1980

ARMAÇÃO URBANA DE 1985 - REGIÃO III

| CIDADE/VILA | ÍNDICE DE CRESCIMENTO | CONVENÇÃO |
|---------------------|--------------------------|-----------|
| Apiacá | 0,68 | B |
| José Carlos | 0,61 | B |
| Bom Jesus do Norte | 1,13 | E |
| São José do Calçado | 0,94 | D |
| Airituba | 0,65 | B |
| Alto Calçado | 1,01 | D |

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico do Espírito Santo - 1970

_____. Censo Demográfico do Espírito Santo - 1980

QUADRO 5

ÍNDICE DE CRESCIMENTO REAL DA POPULAÇÃO URBANA DO ESPÍRITO SANTO SEGUN
DO OS DISTRITOS - 1970/1980.

ARMAÇÃO URBANA DE 1985 - REGIÃO IV

| CIDADE/VILA | ÍNDICE DE CRESCIMENTO | CONVENÇÃO |
|---------------------|-----------------------|-----------|
| Iúna | 1,44 | E |
| Santíssima Trindade | 0,69 | B |
| Irupi | 0,96 | D |
| Pequiã | 0,63 | B |

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico do Espírito Santo - 1970

_____. Censo Demográfico do Espírito Santo - 1980

QUADRO 6

ÍNDICE DE CRESCIMENTO REAL DA POPULAÇÃO URBANA DO ESPÍRITO SANTO SEGUN
DO OS DISTRITOS - 1970/1980

ARMAÇÃO URBANA DE 1985 - REGIÃO V

| CIDADE/VILA | ÍNDICE DE CRESCIMENTO | CONVENÇÃO |
|-----------------------|-----------------------|-----------|
| Baixo Guandu | 0,90 | C |
| Ibituba | 0,49 | A |
| Vila Nova Bananal | 0,58 | B |
| Km 14 do Mutum | 0,68 | B |
| Alto Mutum Preto | 1,69 | F |
| Boa Esperança | 2,32 | F |
| Colatina | 1,01 | D |
| Baunilha | 0,38 | A |
| Boapaba | 0,74 | C |
| Itapina | 0,70 | B |
| Graça Aranha | 0,82 | C |
| Angelo Frechiani | 0,63 | B |
| São Domingos | 0,76 | C |
| Novo Brasil | 0,76 | C |
| Governador Lindemberg | 0,73 | C |
| Marilândia | 1,15 | E |
| Sapucaia | 0,77 | C |
| Itaguaçu | 1,12 | E |
| Itaímbé | 1,41 | E |
| Itaçu | 0,74 | C |
| Itarana | 0,88 | C |
| Nova Venécia | 1,25 | E |
| Rio Preto | 0,28 | A |
| Guararema | 0,67 | B |
| Córrego Grande | 1,09 | D |

Continua

Continuação

ÍNDICE DE CRESCIMENTO REAL DA POPULAÇÃO URBANA DO ESPÍRITO SANTO SEGUN
DO OS DISTRITOS - 1970/1980

ARMAÇÃO URBANA DE 1985 - REGIÃO V

| CIDADE/VILA | ÍNDICE DE CRESCIMENTO | CONVENÇÃO |
|----------------------|-----------------------|-----------|
| Pancas | 1,40 | E |
| Lajinha | 1,14 | E |
| Alto Rio Novo | 1,36 | E |
| Vila verde | 0,63 | B |
| São Gabriel da Palha | 1,25 | E |
| Águia Branca | 0,55 | B |
| Fartura | 0,77 | C |
| Valério | 0,99 | D |

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico do Espírito Santo - 1970

_____. Censo Demográfico do Espírito Santo - 1980

QUADRO 7

ÍNDICE DE CRESCIMENTO REAL DA POPULAÇÃO URBANA DO ESPÍRITO SANTO SEGUN
DO OS DISTRITOS - 1970/1980.

ARMAÇÃO URBANA DE 1985 - REGIÃO VI

| CIDADE/VILA | ÍNDICE DE CRESCIMENTO | CONVENÇÃO |
|------------------------------|-----------------------|-----------|
| Barra de São Francisco | 0,95 | D |
| Governador Lacerda de Aguiar | 0,86 | C |
| Vila Nelita | 0,91 | D |
| Santo Agostinho | 1,19 | E |
| Água Doce | 0,77 | C |
| Monte Sinai | 0,83 | C |
| Poranga | 0,68 | B |
| Paulista | 0,89 | C |
| Itaperuna | 0,53 | B |
| Santo Antônio | 2,78 | F |
| Cachoeirinha de Itauna | 0,89 | C |
| Ecoporanga | 1,12 | E |
| Cotaxé | 0,45 | A |
| Joaçuba | 0,54 | B |
| Mantenópolis | 1,04 | D |
| São Geraldo | 1,17 | E |
| Santa Luzia de Mantenópolis | 0,94 | D |

Fonte: FIBGE . Censo Demográfico do Espírito Santo - 1970
_____. Censo Demográfico do Espírito Santo - 1980

QUADRO 8

ÍNDICE DE CRESCIMENTO REAL DA POPULAÇÃO URBANA DO ESPÍRITO SANTO SEGUN
DO OS DISTRITOS - 1970/1980.

ARMAÇÃO URBANA DE 1985 - REGIÃO VII

| CIDADE/VILA | ÍNDICE DE CRESCIMENTO | CONVENÇÃO |
|-------------|-----------------------|-----------|
| Montanha | 0,75 | C |
| Vinhático | 0,76 | C |
| Mucurici | 0,63 | B |

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico do Espírito Santo - 1970
_____. Censo Demográfico do Espírito Santo - 1980

QUADRO 9

ÍNDICE DE CRESCIMENTO REAL DA POPULAÇÃO URBANA DO ESPÍRITO SANTO SEGUN
DO OS DISTRITOS - 1970/1980

ARMAÇÃO URBANA DE 1985 - REGIÃO VIII

| CIDADE/VILA | ÍNDICE DE CRESCIMENTO | CONVENÇÃO |
|---------------------|--------------------------|-----------|
| Conceição da Barra | 1,18 | E |
| Itaúnas | 1,03 | D |
| Taquaras | 0,29 | A |
| Vinhático | 0,76 | C |
| Pinheiro | 0,97 | D |
| São João do Sobrado | 0,47 | A |
| São Mateus | 1,61 | F |
| Barra Nova | 3,74 | F |
| Barra Seca | 0,76 | C |
| Jaguaré | 2,49 | F |
| Nestor Gomes | 1,13 | E |
| Nova Verona | 0,54 | B |
| Itauninhas | 0,78 | C |

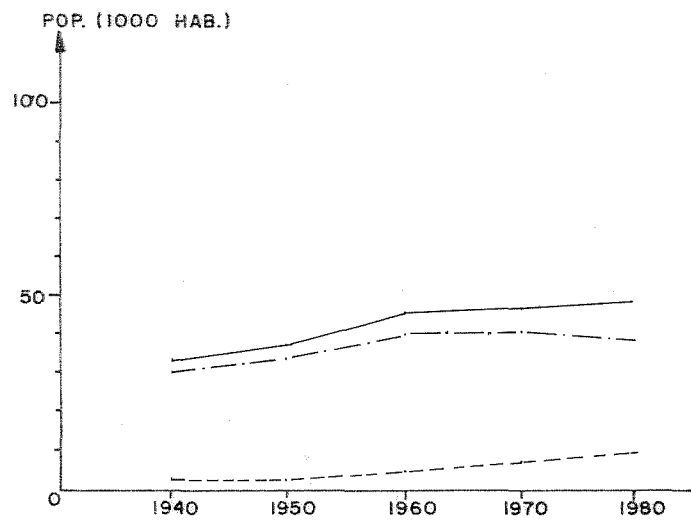
Fonte: FIBGE. Censo Demográfico do Espírito Santo - 1970

———. Censo Demográfico do Espírito Santo - 1980

2.3.4.2. CURVAS DE CRESCIMENTO POPULACIONAL

Mostram a tendência histórica da população a nível de município segundo a situação urbana e rural.

CURVA DE CRESCIMENTO DE POPULAÇÃO
MUNICÍPIO DE AFONSO CLAUDIO



CONVENÇÕES

| | |
|------------------|-----------|
| POPULAÇÃO TOTAL | ————— |
| POPULAÇÃO URBANA | - - - - - |
| POPULAÇÃO RURAL | - · - · - |

2.3.4.3. PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO DOS DISTRITOS NA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO (URBANA E TOTAL).

QUADRO 10

PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO DOS DISTRITOS NA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO
(URBANA E TOTAL)

ARMAÇÃO URBANA DE 1985 - REGIÃO Ia

| CIDADE/VILA | 1970 | | 1980 | |
|--------------|----------------|--------------|----------------|--------------|
| | URB. DISTRITO | TOTAL DISTR. | URB. DISTRITO | TOTAL DISTR. |
| | URB. MUNICÍPIO | TOTAL MUNIC. | URB. MUNICÍPIO | TOTAL MUNIC. |
| Cariacica | 6,52 | 32,49 | 31,15 | 32,19 |
| Itaquari | 93,48 | 67,51 | 68,85 | 67,81 |
| Serra | 47,99 | 33,37 | 20,33 | 21,07 |
| Nova Almeida | 21,35 | 13,92 | 9,22 | 9,14 |
| Carapina | 30,01 | 43,15 | 69,92 | 68,11 |
| Queimado | 0,25 | 3,23 | 0,01 | 0,52 |
| Calogi | 0,39 | 6,32 | 0,53 | 1,16 |
| Viana | 82,64 | 80,09 | 98,27 | 92,85 |
| Araçatiba | 17,36 | 19,91 | 1,73 | 7,15 |
| Vila Velha | 35,48 | 34,93 | 36,64 | 36,46 |
| Argolas | 21,54 | 21,21 | 16,01 | 15,93 |
| IBES | 20,41 | 20,10 | 37,70 | 37,51 |
| Jucu | 0,62 | 2,16 | 1,17 | 1,67 |
| São Torquato | 21,94 | 21,60 | 8,48 | 8,43 |
| Vitória | 92,34 | 92,40 | 79,47 | 79,47 |
| Goiabeiras | 7,66 | 7,60 | 20,53 | 20,53 |

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico do Espírito Santo - 1970

———* Censo Demográfico do Espírito Santo - 1980

QUADRO 11

PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO DOS DISTRITOS NA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO
(URBANA E TOTAL)

ARMAÇÃO URBANA DE 1985 - REGIÃO Ib.

| CIDADE/VILA | 1970 | | 1980 | |
|--------------------|----------------|--------------|----------------|--------------|
| | URB. DISTRITO | TOTAL DISTR. | URB. DISTRITO | TOTAL DISTR. |
| | URB. MUNICÍPIO | TOTAL MUNIC. | URB. MUNICÍPIO | TOTAL MUNIC. |
| Afonso Cláudio | 55,52 | 26,16 | 67,57 | 27,76 |
| Pontões | 6,06 | 12,30 | 3,20 | 10,83 |
| Piracema | 2,20 | 10,09 | 1,06 | 9,53 |
| Brejetuba | 3,49 | 11,49 | 3,24 | 16,58 |
| Ibicaba | 0,85 | 7,96 | 0,70 | 6,34 |
| Sobreiro | 10,39 | 8,48 | 7,01 | 7,43 |
| Joatuba | 2,97 | 5,70 | 2,04 | 5,30 |
| Laranja da Terra | 8,91 | 9,72 | 6,66 | 8,22 |
| Serra Pelada | 9,62 | 8,10 | 8,53 | 8,02 |
| Alfredo Chaves | 73,45 | 39,49 | 78,14 | 43,76 |
| Crubixã | 2,95 | 14,89 | 2,75 | 13,43 |
| Matilde | 7,32 | 13,04 | 3,43 | 11,29 |
| Urânia | 1,91 | 6,10 | 1,61 | 5,84 |
| Ribeirão do Cristo | 0,68 | 12,13 | 0,24 | 12,57 |
| Sagrada Família | 6,59 | 6,90 | 7,99 | 6,49 |
| Ibitirui | 7,09 | 7,44 | 5,84 | 6,61 |
| Anchieta | 88,34 | 55,78 | 93,21 | 67,18 |
| Iiritiba | 0,26 | 23,46 | 1,51 | 18,16 |
| Jabaquara | 11,40 | 20,76 | 5,28 | 14,66 |
| Aracruz | 67,31 | 24,81 | 51,56 | 41,29 |
| Guaranã | 14,35 | 24,53 | 17,75 | 20,72 |
| Riacho | 11,35 | 31,97 | 13,01 | 16,63 |
| Santa Cruz | 6,98 | 18,69 | 17,68 | 21,36 |
| Conc. do Castelo | 59,17 | 63,59 | 37,02 | 51,17 |

Continua

Continuação

QUADRO 11

PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO DOS DISTRITOS NA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO
(URBANA E TOTAL)

ARMAÇÃO URBANA DE 1985 - REGIÃO Ib

| CIDADE/VILA | 1970 | | 1980 | |
|------------------|----------------|--------------|----------------|--------------|
| | URB. DISTRITO | TOTAL DISTR. | URB. DISTRITO | TOTAL DISTR. |
| | URB. MUNICÍPIO | TOTAL MUNIC. | URB. MUNICÍPIO | TOTAL MUNIC. |
| Venda Nova | 40,83 | 36,41 | 62,98 | 48,83 |
| Domingos Martins | 39,20 | 14,65 | 41,81 | 16,55 |
| Santa Izabel | 13,41 | 7,77 | 12,52 | 7,17 |
| Mal. Floriano | 34,62 | 13,09 | 33,88 | 14,74 |
| Araguaia | 8,03 | 12,08 | 6,02 | 10,19 |
| Aracê | 1,21 | 20,71 | 2,58 | 19,57 |
| Parajū | 3,26 | 20,94 | 2,85 | 19,13 |
| Melgaço | 0,28 | 10,76 | 0,34 | 12,66 |
| Fundão | 71,95 | 64,09 | 75,96 | 69,30 |
| Timbuí | 26,38 | 29,40 | 24,04 | 25,92 |
| Irundi | 1,67 | 6,51 | 0,00 | 4,78 |
| Guarapari | 98,69 | 82,11 | 99,82 | 91,10 |
| Rio Calçado | 0,39 | 12,59 | 0,02 | 4,86 |
| Todos os Santos | 0,92 | 5,30 | 0,16 | 4,04 |
| Ibiraçu | 31,10 | 17,85 | 35,82 | 25,62 |
| Pendanga | 1,29 | 9,76 | 0,53 | 8,24 |
| João Neiva | 61,49 | 49,36 | 60,47 | 54,18 |
| Acioli | 6,11 | 23,03 | 3,18 | 11,97 |
| Linhares | 89,49 | 61,25 | 94,15 | 71,63 |
| Desengano | 0,84 | 3,20 | 0,30 | 1,86 |
| São Rafael | 2,12 | 10,26 | 0,88 | 6,79 |
| Rio Bananal | 6,18 | 16,83 | 3,82 | 13,77 |
| Regência | 1,36 | 8,46 | 0,86 | 5,95 |

Continua

Continuação

QUADRO 11

PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO DOS DISTRITOS NA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO
(URBANA E TOTAL)

ARMAÇÃO URBANA DE 1985 - REGIÃO Ib

| CIDADE/VILA | 1970 | | 1980 | |
|------------------------|----------------|--------------|----------------|--------------|
| | URB. DISTRITO | TOTAL DISTR. | URB. DISTRITO | TOTAL DISTR. |
| | URB. MUNICÍPIO | TOTAL MUNIC. | URB. MUNICÍPIO | TOTAL MUNIC. |
| Piūma | 96,99 | 83,28 | 98,45 | 88,62 |
| Aghā | 3,01 | 16,72 | 1,55 | 11,38 |
| Santa Leopoldina | 94,54 | 21,04 | 45,82 | 15,59 |
| Jetibā | 1,66 | 35,25 | 50,89 | 42,15 |
| Garrafāo | 2,06 | 19,15 | 1,17 | 22,58 |
| Djalma Coutinho | 0,00 | 6,54 | 0,19 | 4,76 |
| Mangaraĩ | 1,73 | 18,03 | 1,93 | 14,92 |
| Santa Tereza | 75,71 | 28,26 | 68,64 | 33,94 |
| Alto Sta Maria | 8,65 | 20,88 | 6,21 | 20,80 |
| Santa Jūlia | 1,43 | 16,24 | 0,61 | 13,40 |
| S. Joāo de Petrōpolis | 10,59 | 23,65 | 19,01 | 22,23 |
| Vinte e Cinco de Julho | 3,63 | 10,98 | 5,52 | 9,63 |

Fonte: FIBGE. Censo Demogrāfico do Espīrito Santo - 1970

_____. Censo Demogrāfico do Espīrito Santo - 1980

QUADRO 12

PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO DOS DISTRITOS NA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO
(URBANA E TOTAL)

ARMAÇÃO URBANA DE 1985 - REGIÃO II

| CIDADE/VILA | 1970 | | 1980 | |
|----------------------|----------------|--------------|----------------|--------------|
| | URB. DISTRITO | TOTAL DISTR. | URB. DISTRITO | TOTAL DISTR. |
| | URB. MUNICÍPIO | TOTAL MUNIC. | URB. MUNICÍPIO | TOTAL MUNIC. |
| Alegre | 67,43 | 35,14 | 69,62 | 40,45 |
| Café | 2,46 | 5,28 | 3,00 | 6,51 |
| Celina | 9,38 | 7,35 | 7,90 | 6,61 |
| Ibitirama | 3,17 | 9,47 | 3,99 | 9,43 |
| Santa Marta | 2,51 | 8,78 | 2,65 | 7,76 |
| Araraí | 1,69 | 8,59 | 1,62 | 9,09 |
| Anutiba | 7,36 | 9,49 | 5,71 | 7,83 |
| Santa Angélica | 1,31 | 5,89 | 1,23 | 4,88 |
| Rive | 4,69 | 10,02 | 4,27 | 7,44 |
| Atílio Vivacqua | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| C. do Itapemirim | 93,38 | 67,86 | 94,02 | 74,29 |
| Burarama | 0,76 | 2,87 | 0,46 | 1,99 |
| Conduru | 1,32 | 6,09 | 0,91 | 3,95 |
| Itaoca | 1,71 | 3,64 | 2,49 | 3,26 |
| Vargem G. do Soturno | 0,57 | 3,30 | 0,34 | 4,30 |
| Pacotuba | 0,48 | 5,59 | 0,50 | 3,80 |
| Jaciguá | 0,68 | 5,99 | 0,60 | 4,27 |
| Vargem Alta | 1,09 | 4,67 | 0,68 | 4,14 |
| Castelo | 90,99 | 65,95 | 94,04 | 68,34 |
| Aracuí | 9,01 | 34,05 | 5,96 | 31,66 |
| Divino S. Lourenço | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |

Continua

Continuação

QUADRO 12

PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO DOS DISTRITOS NA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO
(URBANA E TOTAL)

ARMAÇÃO URBANA DE 1985 - REGIÃO II

| CIDADE/VILA | 1970 | | 1980 | |
|----------------------|----------------|--------------|----------------|--------------|
| | URB. DISTRITO | TOTAL DISTR. | URB. DISTRITO | TOTAL DISTR. |
| | URB. MUNICÍPIO | TOTAL MUNIC. | URB. MUNICÍPIO | TOTAL MUNIC. |
| Dores do R. Preto | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| Guaçu | 96,27 | 78,59 | 96,53 | 83,99 |
| S. Pedro de Rates | 2,25 | 6,75 | 2,18 | 5,34 |
| São Tiago | 1,48 | 14,66 | 1,29 | 10,67 |
| Iconha | 93,31 | 71,91 | 93,26 | 76,45 |
| Duas Barras | 6,69 | 28,09 | 6,74 | 23,55 |
| Itapemirim | 93,42 | 77,63 | 96,97 | 84,18 |
| Itapecoã | 0,67 | 7,94 | 0,17 | 4,84 |
| Rio Muqui | 5,91 | 14,43 | 2,86 | 10,98 |
| J. Monteiro | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| Mimoso do Sul | 80,25 | 41,27 | 81,26 | 44,61 |
| S. José das Torres | 3,00 | 15,34 | 3,07 | 12,73 |
| Dona América | 1,84 | 3,92 | 0,47 | 3,21 |
| Ponte Itabapoana | 7,48 | 6,99 | 7,00 | 8,05 |
| S. Pedro Itabapoana | 3,73 | 11,92 | 2,88 | 9,55 |
| Conc. do Muqui | 1,90 | 17,06 | 2,71 | 16,17 |
| Stº Antônio do Muqui | 1,80 | 3,50 | 2,60 | 5,69 |
| Muniz Freire | 62,04 | 42,71 | 59,85 | 42,00 |
| Itaici | 12,18 | 13,68 | 9,14 | 10,32 |
| Menino Jesus | 6,04 | 15,16 | 7,50 | 14,82 |
| Piaçu | 15,44 | 21,77 | 19,70 | 24,48 |
| Vieira Machado | - | - | 3,81 | 8,38 |
| S. Sebastião do Lage | 4,29 | 6,69 | - | - |

Continua

Continuação

QUADRO 12

PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO DOS DISTRITOS NA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO
(URBANA E TOTAL)

ARMAÇÃO URBANA DE 1985 - REGIÃO II

| CIDADE/VILA | 1970 | | 1980 | |
|---------------|----------------|--------------|----------------|--------------|
| | URB. DISTRITO | TOTAL DISTR. | URB. DISTRITO | TOTAL DISTR. |
| | URB. MUNICÍPIO | TOTAL MUNIC. | URB. MUNICÍPIO | TOTAL MUNIC. |
| Muqui | 96,17 | 80,40 | 95,34 | 83,85 |
| Camarã | 3,83 | 19,60 | 4,66 | 16,15 |
| Pres. Kennedy | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| Rio N. do Sul | 98,82 | 87,39 | 99,43 | 89,04 |
| Princesa | 1,18 | 12,61 | 0,57 | 10,96 |

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico do Espírito Santo - 1970
 _____ Censo Demográfico do Espírito Santo - 1980

QUADRO 13

PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO DOS DISTRITOS NA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO
(URBANA E TOTAL)

ARMAÇÃO URBANA DE 1985 - REGIÃO III

| CIDADE/VILA | 1970 | | 1980 | |
|--------------------|----------------|--------------|----------------|--------------|
| | URB. DISTRITO | TOTAL DISTR. | URB. DISTRITO | TOTAL DISTR. |
| | URB. MUNICÍPIO | TOTAL MUNIC. | URB. MUNICÍPIO | TOTAL MUNIC. |
| Apiacã | 90,56 | 64,04 | 91,42 | 56,59 |
| José Carlos | 9,44 | 35,96 | 8,58 | 43,41 |
| B. Jesus do Norte | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| S. José do Calçado | 88,09 | 65,76 | 89,03 | 71,11 |
| Airituba | 4,99 | 9,97 | 3,48 | 5,18 |
| Alto Calçado | 6,92 | 24,27 | 7,49 | 23,71 |

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico do Espírito Santo - 1970

_____ Censo Demográfico do Espírito Santo - 1980

QUADRO 14

PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO DOS DISTRITOS NA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO
(URBANA E TOTAL)

ARMAÇÃO URBANA DE 1985 - REGIÃO IV

| CIDADE/VILA | 1970 | | 1980 | |
|------------------------|----------------|--------------|----------------|--------------|
| | URB. DISTRITO | TOTAL DISTR. | URB. DISTRITO | TOTAL DISTR. |
| | URB. MUNICÍPIO | TOTAL MUNIC. | URB. MUNICÍPIO | TOTAL MUNIC. |
| Iúna | 42,15 | 25,33 | 47,27 | 28,32 |
| Santíssima Trindade | 2,85 | 9,49 | 1,54 | 9,52 |
| Irupi | 11,78 | 23,05 | 8,81 | 20,11 |
| Pequiã | 9,07 | 15,44 | 4,45 | 12,58 |
| Ibatiba | 34,16 | 26,71 | 37,94 | 29,48 |

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico do Espírito Santo - 1970

_____ Censo Demográfico do Espírito Santo - 1980

QUADRO 15

PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO DOS DISTRITOS NA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO
(URBANA E TOTAL)

ARMAÇÃO URBANA DE 1985 - REGIÃO V

| CIDADE/VILA | 1970 | | 1980 | |
|-------------------|----------------|--------------|-------------|--------------|
| | URB. DISTRITO | TOTAL DISTR. | URB. DISTR. | TOTAL DISTR. |
| | URB. MUNICÍPIO | TOTAL MUNIC. | URB. MUNIC. | TOTAL MUNIC. |
| Baixo Guandu | 87,84 | 57,63 | 90,81 | 64,41 |
| Ibituba | 5,97 | 14,61 | 3,37 | 11,40 |
| Vila Nova Bananal | 1,33 | 12,49 | 0,89 | 7,54 |
| Km 14 do Mutum | 3,86 | 9,26 | 2,99 | 7,40 |
| Alto Mutum Preto | 1,00 | 6,02 | 1,94 | 9,24 |
| Boa Esperança | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| Colatina | 87,09 | 57,28 | 89,65 | 64,26 |
| Baunilha | 0,80 | 2,38 | 0,31 | 1,24 |
| Boapaba | 0,33 | 2,16 | 0,25 | 1,70 |
| Itapina | 2,33 | 4,29 | 1,65 | 3,05 |
| Graça Aranha | 0,79 | 3,08 | 0,66 | 2,35 |
| Angelo Frechiani | 0,34 | 2,37 | 0,22 | 1,84 |
| São Domingos | 2,81 | 6,82 | 2,19 | 5,84 |
| Novo Brasil | 1,36 | 6,17 | 1,05 | 5,53 |
| Gov. Lindemberg | 1,64 | 7,21 | 1,21 | 6,03 |
| Marilandia | 2,24 | 6,31 | 2,61 | 6,44 |
| Sapucáia | 0,27 | 1,92 | 0,21 | 1,72 |
| Itaguaçu | 83,02 | 53,17 | 82,37 | 59,39 |
| Itaimbé | 10,83 | 30,25 | 13,58 | 25,50 |
| Itaçu | 6,15 | 16,59 | 4,05 | 15,11 |
| Itarana | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| Nova Venécia | 87,29 | 38,70 | 90,22 | 50,63 |
| Rio Preto | 0,69 | 4,21 | 0,16 | 4,25 |
| Guararema | 3,51 | 23,32 | 1,95 | 16,66 |
| Córrego Grande | 8,51 | 33,77 | 7,68 | 28,46 |

Continua

Continuação

QUADRO 15

PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO DOS DISTRITOS NA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO
(URBANA E TOTAL)

ARMAÇÃO URBANA DE 1985 - REGIÃO V

| CIDADE/VILA | 1970 | | 1980 | |
|---------------------|----------------|--------------|----------------|--------------|
| | URB. DISTRITO | TOTAL DISTR. | URB. DISTRITO | TOTAL DISTR. |
| | URB. MUNICÍPIO | TOTAL MUNIC. | URB. MUNICÍPIO | TOTAL MUNIC. |
| Pancas | 48,67 | 32,90 | 55,60 | 33,82 |
| Lajinha | 9,93 | 34,27 | 9,25 | 33,98 |
| Alto R. Novo | 19,90 | 18,16 | 22,09 | 18,46 |
| Vila Verde | 21,50 | 14,66 | 11,04 | 7,96 |
| Palmerino | - | - | 2,02 | 5,78 |
| S. Gabriel da Palha | 63,10 | 33,07 | 72,59 | 40,12 |
| Águia Branca | 12,87 | 33,64 | 6,57 | 26,02 |
| Fartura | 5,51 | 18,55 | 3,92 | 15,84 |
| Valério | 18,52 | 14,74 | 16,92 | 18,02 |

Fonte: FIBGE - Censo Demográfico do Espírito Santo - 1970

_____ : Censo Demográfico do Espírito Santo - 1980

QUADRO 16

PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO DOS DISTRITOS NA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO
(URBANA E TOTAL)
ARMAÇÃO URBANA DE 1985 - REGIÃO VI

| CIDADE/VILA | 1970 | | 1980 | |
|----------------------------------|----------------|--------------|---------------|--------------|
| | URB. DISTRITO | TOTAL DISTR. | URBANO DISTR. | TOTAL DISTR. |
| | URB. MUNICÍPIO | TOTAL MUNIC. | URB. MUNIC. | TOTAL MUNIC. |
| Barra de São Francisco | 60,52 | 32,42 | 61,93 | 33,22 |
| Governador Lacerda de Aguiar | 3,80 | 7,71 | 3,51 | 6,68 |
| Vila Nelita | 3,36 | 3,61 | 3,30 | 3,89 |
| Santo Agostinho | 3,46 | 5,25 | 4,43 | 8,24 |
| Água Doce | 10,59 | 14,84 | 8,73 | 14,16 |
| Monte Sinai | 3,92 | 5,04 | 3,52 | 5,22 |
| Poranga | 1,65 | 5,06 | 1,20 | 2,39 |
| Paulista | 5,20 | 14,02 | 4,99 | 13,56 |
| Itaperuna | 3,05 | 3,05 | 1,75 | 2,96 |
| Santo Antônio | 1,18 | 4,23 | 3,51 | 5,40 |
| Cachoeirinha de Itaúna | 3,28 | 4,79 | 3,13 | 4,30 |
| Ecoporanga | 64,23 | 45,14 | 65,87 | 56,14 |
| Novo Horizonte | - | 7,66 | - | 6,60 |
| Imburana | - | - | 11,46 | 7,35 |
| Cotaxé | 20,16 | 30,98 | 8,39 | 14,27 |
| Santa Luzia do Norte | - | - | 6,56 | 3,61 |
| Joaçuba | 15,61 | 16,22 | 7,72 | 12,01 |
| Mantenópolis | 75,44 | 49,62 | 75,93 | 40,10 |
| São Geraldo | 7,64 | 15,17 | 8,66 | 11,40 |
| Santa Luzia de Manteno- polis | 16,92 | 35,21 | 15,41 | 48,50 |

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico do Espírito Santo - 1970
 _____ Censo Demográfico do Espírito Santo - 1980

QUADRO 17

PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO DOS DISTRITOS NA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO
(URBANA E TOTAL)

ARMAÇÃO URBANA DE 1985 - REGIÃO VII

| CIDADE/VILA | 1970 | | 1980 | |
|-------------|----------------|--------------|----------------|--------------|
| | URB. DISTRITO | TOTAL DISTR. | URB. DISTRITO | TOTAL DISTR. |
| | URB. MUNICÍPIO | TOTAL MUNIC. | URB. MUNICÍPIO | TOTAL MUNIC. |
| Montanha | 100,00 | 100,00 | 83,00 | 64,00 |
| Vinhático | - | - | 17,00 | 36,00 |
| Mucurici | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico do Espírito Santo - 1970
 _____. Censo Demográfico do Espírito Santo - 1980.

QUADRO 18

PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO DOS DISTRITOS NA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO
(URBANA E TOTAL)

ARMAÇÃO URBANA DE 1985 - REGIÃO VIII

| CIDADE/VILA | 1970 | | 1980 | |
|--------------------|----------------|--------------|----------------|--------------|
| | URB. DISTRITO | TOTAL DISTR. | URB. DISTRITO | TOTAL DISTR. |
| | URB. MUNICÍPIO | TOTAL MUNIC. | URB. MUNICÍPIO | TOTAL MUNIC. |
| C. da Barra | 60,66 | 29,77 | 91,62 | 50,38 |
| Itaúnas | 4,39 | 12,10 | 5,78 | 9,84 |
| Taquaras | 6,87 | 33,05 | 2,60 | 39,78 |
| Vinhático | 28,07 | 25,08 | - | - |
| Pinheiro | 79,00 | 78,58 | 88,58 | 84,80 |
| S. João do Sobrado | 21,00 | 21,42 | 11,42 | 15,20 |
| São Mateus | 82,85 | 47,51 | 82,09 | 52,03 |
| Barra Nova | 0,75 | 9,58 | 1,71 | 7,12 |
| Barra Seca | 3,73 | 6,75 | 1,73 | 5,83 |
| Jaguaré | 7,51 | 11,28 | 11,47 | 13,25 |
| Nestor Gomes | 2,66 | 11,09 | 1,85 | 10,22 |
| Nova Verona | 0,33 | 4,28 | 0,11 | 2,13 |
| Itauninhas | 2,18 | 9,51 | 1,04 | 9,42 |

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico do Espírito Santo - 1970

_____ . Censo Demográfico do Espírito Santo - 1980

2.3.4.4 MAPAS

ESTRUTURA PRODUTIVA, REDE VIÁRIA E REDE URBANA
